

Versão final

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PARA O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO
PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO
Subprefeitura do Ipiranga**

PROJETO

914BRZ5015

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA SMDU / SÃO PAULO
(9580)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EDITAL 04/2019

PRODUTO 6 – SUBPREFEITURA DO IPIRANGA

DETALHAMENTO

Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

CONSULTOR

Consultor Especialista em Planejamento Urbano Participativo

Nílcio Regueira Dias

.

Lista de siglas

AMA	Assistência Médica Ambulatorial
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CEI	Centro de Educação Infantil
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Centro Educacional Unificado
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COVID 19	Doença causada pelo novo Coronavírus
CPM	Conselho Participativo Municipal
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESAN	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
EE	Escola Estadual
EETU	Eixos e Estruturação da Transformação Urbana
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ETEC	Escola Técnica Estadual
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FMSAI	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GEOINFO	Coordenadoria de Produção e Análise de Informação

HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação de Mercado Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEM	Macroárea de Estruturação Metropolitana
MP	Ministério Público
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
OGP	Open Government Partnership
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OUCBT	Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
PA	Perímetro de Ação
PDE	Plano Diretor Estratégico - Lei 16.050/2014
PLANURBE-SMDU	Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPA	Plano Plurianual
PRA	Programa de Redução de Alagamento
PRS	Plano Regional da Subprefeitura

PSM	Pronto Socorro Municipal
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAGA	Supervisão para Assuntos de Governo Aberto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes

SPTTrans	São Paulo Transporte S/A
SPUrbanismo	São Paulo Urbanismo
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SVMA - DIPO	Divisão de Implantação, Projetos e Obras da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URSI	Unidade de Referência à Saúde do Idoso
USP	Universidade de São Paulo
ZC	Zona Centralidade
ZCOR	Zona Corredor
ZDE	Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZER	Zona Exclusivamente Residencial
ZEU	Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana
ZPI	Zonas Predominantemente Industriais
ZPR	Zona Predominantemente Residencial

Lista de quadros, gráficos e mapas

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	19
Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	20
Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.	21
Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.	36
Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.	56
Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.	72
Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.	78
Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.	80
Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura do Ipiranga.	83
Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.	90
Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais Ipiranga.	91
Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura do Ipiranga.	121

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	13
PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL	26
Institucionalidades e administração pública	27
Planejamento urbano e planejamento orçamentário	29
Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada	31
1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA	33
1.1. Plano Regional da Subprefeitura Ipiranga	33
1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação (PAs)	37
2. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE METAS 2019-2020	56
2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura	56
2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação	60
2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020	65
3. PRIORIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE AÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS	66
3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura do Ipiranga	76
3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação	78
4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	79
4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública	81
4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas	90
4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública	104

**5. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PLANO DE AÇÃO DA
SUBPREFEITURA**

120

ANEXOS

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata dos “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo”. Este documento é produto da cooperação entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A cooperação se estabelece pelo Projeto 914BRZ5015 - Gestão da informação e do conhecimento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura do Município de São Paulo, Editais UNESCO Nº 03, 04 e 05/2019, publicizados entre 17 e 24 de setembro de 2019. Os profissionais contratados participaram na elaboração dos Planos de Ações das Subprefeituras do município de São Paulo junto a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU-PMSP).

Além desta apresentação, os “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” estão organizados em duas partes. A primeira refere-se à Introdução, que apresenta e debate o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, assim como suas relações com o sistema de planejamento urbano, o processo orçamentário e a participação da sociedade civil organizada.

A segunda parte refere-se ao estudo desenvolvido para as 32 Subprefeituras do município de São Paulo, sendo essa parte estruturada em cinco seções:

1. Plano Regional da Subprefeitura: em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, discute:

1.1. Plano Regional da Subprefeitura: abarca o diagnóstico construído pelo processo do Plano Regional da Subprefeitura, introduzindo as questões urbanas particulares a cada Subprefeitura.

1.2 Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação: apresenta a caracterização e as diretrizes para cada Perímetro de Ação em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020: apresenta a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 do município de São Paulo, e debate a incidência deste sobre cada Subprefeitura e Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura: estuda a relação espacial entre Programa de Metas 2019-2020 e os Perímetros de Ação.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020: apresenta convergências e articulações entre os Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 para cada Subprefeitura.

3. Priorização dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura: apresenta a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos Perímetros de Ação em reuniões com os Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação: descreve os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas para tal, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação: apresenta síntese sobre os Perímetros de Ação prioritários, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as propostas da sociedade civil organizada a partir da audiência pública; síntese dessas propostas; classificação de cada proposta; autoria das respostas em termos de secretaria municipal; pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura; e as devolutivas de cada secretaria municipal sobre as propostas para o Plano de Ação.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal e a pertinência das demandas para o Plano de Ação.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas: apresenta as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas dos municípios.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam a implementação do Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda integram os Planos de Ação das Subprefeituras os anexos:

Anexo 01 - Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020.

Anexo 02 - Mapas do Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 03 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 04 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

INTRODUÇÃO

A realização dos “Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” foi definida no Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, que trata dos Planos Regionais das Subprefeituras e também no 2º Plano de Ação em acordo com os objetivos do Governo Aberto na Cidade de São Paulo¹. O Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras” do Governo Aberto, que é o de ouvir as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantir a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei 16.050/2014) os Planos Regionais das Subprefeituras integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, e detalham as diretrizes do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, com seu horizonte de planejamento que segue até 2030.

No âmbito territorial de cada Subprefeitura, os Planos Regionais das Subprefeituras articulam as políticas setoriais e complementam as proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais e demarcam os instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no PDE 2014, em especial no seu artigo 346.

O aspecto territorial dos Planos Regionais é determinado pela *Rede de Estruturação Local*, a qual é composta por *Perímetros de Ação*, que são porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e

¹ A Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA), foi instituída pela Prefeitura Municipal de São Paulo no Decreto no 54.794/2014 como parte da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (chamando-se, a princípio, São Paulo Aberta). Em janeiro de 2019, a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto foi transferida para a Secretaria do Governo Municipal, em acordo com o Decreto No 58.596 de 07/01/2019. Seu principal objetivo é criar políticas públicas para difundir, articular e fomentar os conceitos de transparência, inovação, participação social e accountability na gestão pública como vias de combate à corrupção, além de interagir com a Open Government Partnership (OGP) na prestação de contas dos compromissos assumidos no Plano de Ação em Governo Aberto da cidade de São Paulo. O 2º Plano de Ação em Governo Aberto possui cinco compromissos, e o Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local”: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

Informações extraídas de: Documento interno elaborado por SGM-PMSP, outubro de 2019 (pp.1-6). Sobre Governo Aberto ver também: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/governo_aberto_na_cidade_de_sao_paulo/index.php?p=252984>, consultado em dezembro de 2020.

investimentos públicos, caracterizados a partir da articulação dos elementos locais nos sistemas urbanos e ambientais, nos termos do Plano Diretor Estratégico.

Dessa forma, foram elaborados em 2016 nas 32 Subprefeituras os respectivos Planos Regionais, que delimitaram 380 Perímetros de Ação Local para todo o município. Cada um desses *Perímetros de Ação* conta com descrição e mapeamento da respectiva área de análise, caracterização das questões relacionadas à sua área, bem como, apresentam objetivos e diretrizes para as intervenções intersecretariais em âmbito local.

O Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, e articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; determina a composição e atribuições dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e orienta a elaboração e a aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Os Planos de Ação das Subprefeituras definidos no § 4º do artigo 346 do PDE – 2014 visam garantir a compatibilidade entre a territorialização das ações setoriais previstas no Programa de Metas e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais das Subprefeituras, e devem ser atualizados quadrienalmente, ouvido o Conselho de Representantes, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas municipal, devendo esse último ser divulgado em até 90 dias a partir da posse do novo prefeito.

O Plano de Ação das Subprefeituras tem por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais, compatibilizando o Programa de Metas com a territorialização das ações setoriais previstas, conforme o Art. 9º - Decreto nº 57.537/2016.

§ 1º Os Planos de Ação das Subprefeituras contém:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2020 foi coordenada pela Secretaria de Governo Municipal (SGM) e das Subprefeituras (SMSUB) com orientação, suporte técnico e suporte metodológico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, com a participação dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e dos Conselhos Participativo Municipais (CPM).

No início de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo promoveu uma revisão do Programa de Metas adequando-se à conjuntura econômica, financeira e administrativa, além de levar em consideração eventos imprevistos e lições aprendidas, definiu compromissos para o biênio 2019-2020. Com o compromisso de promover uma ampla divulgação da revisão programática, foram realizadas audiências públicas, de caráter devolutivo, nas 32 subprefeituras, além de uma audiência promovida na Câmara Municipal.

A revisão do Programa de Metas exprime 36 Objetivos Estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. Os objetivos estratégicos são enunciados que comunicam, de maneira direta e simples, quais as principais aspirações da Prefeitura, o resultado geral esperado com a execução das metas e as iniciativas associadas a eles. As metas dimensionam estes compromissos, estabelecendo o indicador para seu acompanhamento e o quantitativo a ser alcançado até o final de 2020. As iniciativas são as ações concretas necessárias ao alcance dos objetivos, por meio de intervenções realizadas pela Administração para que o resultado global seja alcançado com impactos positivos na vida da população.

A primeira rodada de Oficinas de Planejamento com vistas a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras foi realizada entre os dias 16 e 30 de outubro de 2019 e sintetizou os conteúdos dos Planos Regionais das Subprefeituras, bem como, tratou de dar início a avaliação da articulação entre os Perímetros de Ação nele definidos com a territorialização das metas do Programa de Metas 2019-2020, face ao processo orçamentário e a atuação das diversas secretarias municipais em âmbito local.

As 32 oficinas realizadas retomaram o processo de planejamento regional, a partir das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) com atenção às divisas administrativas e aos territórios das 32 subprefeituras da capital paulista.

De acordo com Plano Diretor Estratégico (PDE) e com o Decreto 57.537/2016, os Núcleos Regionais de Planejamento, são:

- instâncias vinculadas a cada Subprefeitura, atuando como um colegiado intersetorial e interdisciplinar;
- responsáveis pela integração e articulação das políticas;
- responsáveis pelo acompanhamento das ações voltadas à concretização dos princípios, diretrizes e ações do Plano Diretor, dos Planos Regionais e outros instrumentos do Sistema de Planejamento Urbano;
- responsáveis por fornecer insumos para a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;

- responsáveis por integrar as discussões de conteúdo dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por contribuir para os processos participativos dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por apoiar e acompanhar as intervenções nos Perímetros de Ação;
- responsáveis por, quando cabível, constituir subgrupos para acompanhamento de intervenções específicas.

A realização dessas primeiras rodadas de Oficinas de Planejamento utilizou os mapas dos Perímetros de Ação definidos nos Cadernos dos Planos Regionais das Subprefeituras para cada uma das 32 Subprefeituras, bem como, a cada um deles foram sobrepostas as informações disponíveis sobre as metas incidentes nos territórios das Subprefeituras, previstas para o período 2019-2020 (cf. **Anexo 02**).

Os mapas produzidos com essas sobreposições refletiram o estado da arte das informações sobre as metas territorializadas a partir do levantamento das informações coletadas pelas Secretarias de Governo e das Subprefeituras, bem como, junto a todas as secretarias setoriais municipais com ação nos territórios.

Ressalta-se que o processo de planejamento foi iniciado a partir de um banco de dados preliminar sistematizado e georreferenciado em mapas elaborados por PLANURBE-SMDU, com possibilidade dinâmica de recepção de novas informações sobre as metas territorializadas, em um prazo máximo definido até 13/12/2019, a partir do qual novos ajustes foram realizados para a formulação das bases para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020.

A segunda rodada de oficinas em direção à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras, teve como objetivo a *priorização dos Perímetros de Ação (PA)* definidos nos Planos Regionais das Subprefeituras, as quais, foram realizadas em reuniões de análise e avaliação técnicas por Subprefeitura e junto aos respectivos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

Para a avaliação técnica foi utilizado o método de pontuação e classificação dos Perímetros de Ação com base em cesta de critérios, conforme definido no “Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020” (**Anexo 01**).

Os critérios definidos para a avaliação técnica foram: (1) Estruturação e Transformação Urbana; (2) Inclusão socioeconômica; (3) Economia Urbana Local; (4) Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; (5) Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de Financiamento; (6) Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; (7) Mobilidade Urbana; (8) Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

A avaliação técnica foi organizada em três etapas, e a articulação dos critérios se adequa a cada uma das etapas, conforme segue:

- (i) identificar a relação espacial entre critérios e Perímetros de Ação; mediante a *aplicação dos critérios de análise para cada um dos Perímetros de Ação*;
- (ii) avaliar a relevância dos diferentes critérios para cada um dos Perímetros de Ação, também com atenção ao Programa de Metas;
- (iii) analisar a relação espacial entre Programa de Metas e os Perímetros de Ação, em acordo com os diferentes critérios e considerado o estágio do projeto, obra ou atividade (planejamento, em execução, ou executado).

Após essa fase de avaliação técnica pelos NRPs e em continuidade ao processo de planejamento urbano, conforme definido nas disposições legais, a administração pública municipal realizou a *1ª rodada de audiências públicas* relativas à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

As audiências públicas de consulta à sociedade civil, foram organizadas em parceria entre as Secretarias de Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Urbano (SMDU), das Subprefeituras (SMSUB), e cada uma das 32 Subprefeituras. Elas ocorreram entre os dias 3 e 19 de fevereiro de 2020, e contaram com a participação dos membros dos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras.

A agenda de audiências públicas sofreu ajustes devido a fortes chuvas e ao agravamento das situações de risco das populações mais vulneráveis em subprefeituras periféricas. Esse ajuste de datas se deu com vistas a potencializar a participação de população nas audiências públicas.

As audiências públicas foram iniciadas com a apresentação da SGM sobre o planejamento orçamentário municipal. Na sequência a equipe de PLANURBE-SMDU realizou a exposição sobre os Planos de Ação das Subprefeituras que abarcou o Plano Diretor Estratégico (PDE) e os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS). Neste segundo momento, os técnicos representantes da SMDU, com o apoio dos consultores UNESCO, trataram da articulação entre Perímetros de Ação e a territorialização do

Programa de Metas 2019-2020, com vistas à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras.

A metodologia proposta em conjunto por SGM, SMDU e consultores UNESCO às consultas à sociedade civil utilizou o método de validação e/ou revisão dos resultados da Priorização de Perímetros de Ação em reuniões com os Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras.

Conforme já comentado anteriormente, os trabalhos de Priorização de Perímetros de Ação haviam sido realizados previamente pelos 32 Núcleos Regionais de Planejamento (NRP), internamente à estrutura da administração municipal, para cada uma das Subprefeituras, durante o período de novembro de 2019 a janeiro de 2020.

O escopo das apresentações para as consultas à sociedade civil foi definido em conjunto pelos consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU. O escopo foi estruturado da seguinte maneira:

- Abertura por SGM e SMSUB – Subprefeito;
- Síntese dos conceitos gerais do Plano Regional da Subprefeitura;
- Apresentação dos Perímetros de Ação, e sua localização, principais aspectos que o caracterizam, principais diretrizes e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020;
- Apresentação de Quadro Síntese sobre os PA priorizados pelo Plano de Ação da Subprefeitura 2020 (cf. **Quadro 5**), acompanhado da justificativa que orientou essa priorização;
- Discussão aberta promovida na audiência pública;
- Manifestação verbal e escrita de participantes e representantes da sociedade civil;
- Síntese final sobre o objetivo principal da reunião, esclarecimentos necessários e validação e/ou realização de ajustes para orientar a formulação do Plano de Ação da Subprefeitura;
- Dinâmica adotada nas audiências públicas: Plenária com os presentes, com a supervisão dos técnicos de PLANURBE-SMDU e consultores UNESCO. Foram utilizados os seguintes materiais pertinentes a cada Subprefeitura: 2 Mapas A0 de cada Subprefeitura; Mapas A3 para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura; **Quadro Plano Regional da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020** (cf. **Quadro 3**); **Quadro Perímetros de Ação priorizados e justificativas** (cf. **Quadro 5**).

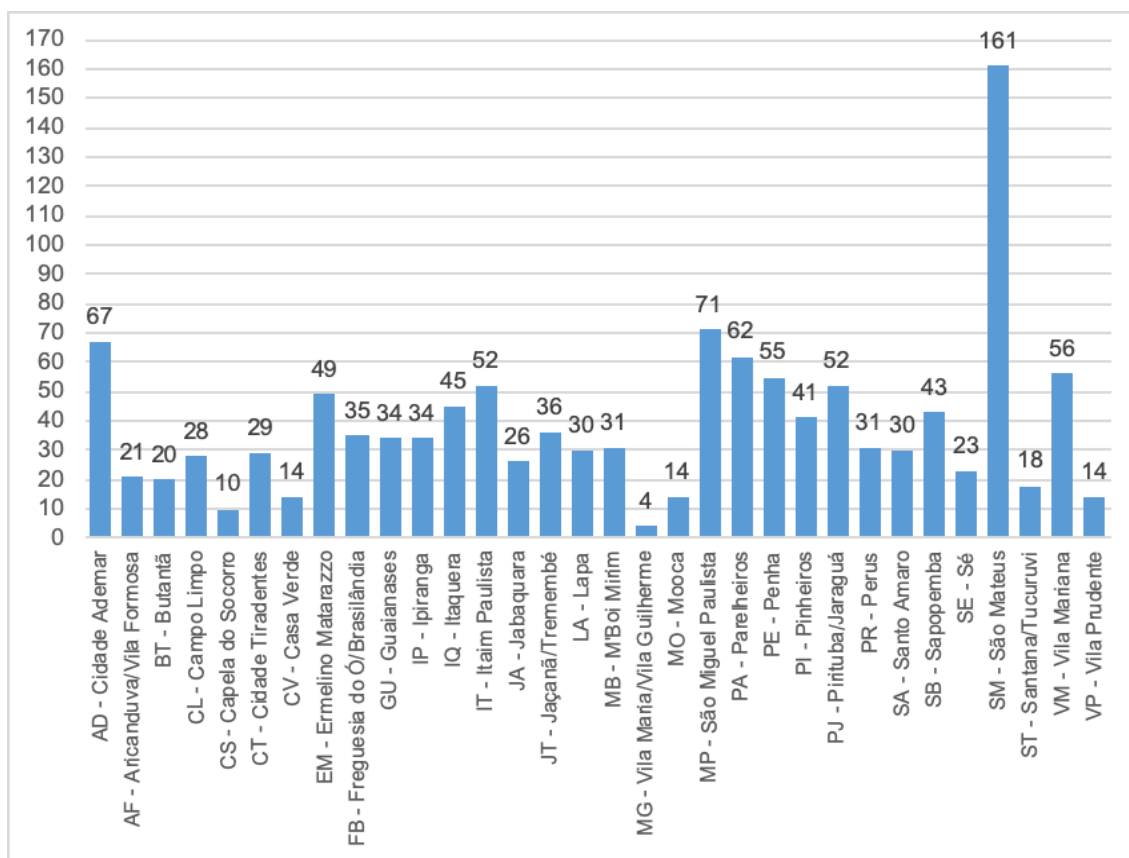
O último momento das audiências públicas foi dedicado à manifestação de representantes da sociedade civil, em formato plenária. O público foi composto pelos conselheiros participativos municipais, mas não exclusivamente, uma vez que as audiências foram públicas e abertas. Para além da manifestação verbal, os partícipes representantes da sociedade civil também registraram suas contribuições por escrito em fichas, conforme o modelo sugerido por SGM. As contribuições registradas por escrito, recolhidas ao longo das 32 audiências públicas nas Subprefeituras, são o insumo central para o desenvolvimento do presente relatório técnico.

As contribuições de sociedade civil registradas por escrito durante a primeira rodada de audiência pública foram sistematizadas pela SGM e compõem um quadro de referências. Uma síntese desses resultados é apresentada a seguir pelo **Quadro 1 e Gráfico 1**.

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

Subprefeitura	Propostas	%
AD - Cidade Ademar	67	5%
AF - Aricanduva/Vila Formosa	21	2%
BT - Butantã	20	2%
CL - Campo Limpo	28	2%
CS - Capela do Socorro	10	1%
CT - Cidade Tiradentes	29	2%
CV - Casa Verde	14	1%
EM - Ermelino Matarazzo	49	4%
FB - Freguesia do Ó/Brasilândia	35	3%
GU - Guaianases	34	3%
IP - Ipiranga	34	3%
IQ - Itaquera	45	4%
IT - Itaim Paulista	52	4%
JA - Jabaquara	26	2%
JT - Jaçanã/Tremembé	36	3%
LA - Lapa	30	2%
MB - M'Boi Mirim	31	3%
MG - Vila Maria/Vila Guilherme	4	0%
MO - Mooca	14	1%
MP - São Miguel Paulista	71	6%
PA - Parelheiros	62	5%
PE - Penha	55	4%
PI - Pinheiros	41	3%
PJ - Pirituba/Jaraguá	52	4%
PR - Perus	31	3%
SA - Santo Amaro	30	2%
SB - Sapopemba	43	3%
SE - Sé	23	2%
SM - São Mateus	161	13%
ST - Santana/Tucuruvi	18	1%
VM - Vila Mariana	56	5%
VP - Vila Prudente	14	1%
Total	1236	100%

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

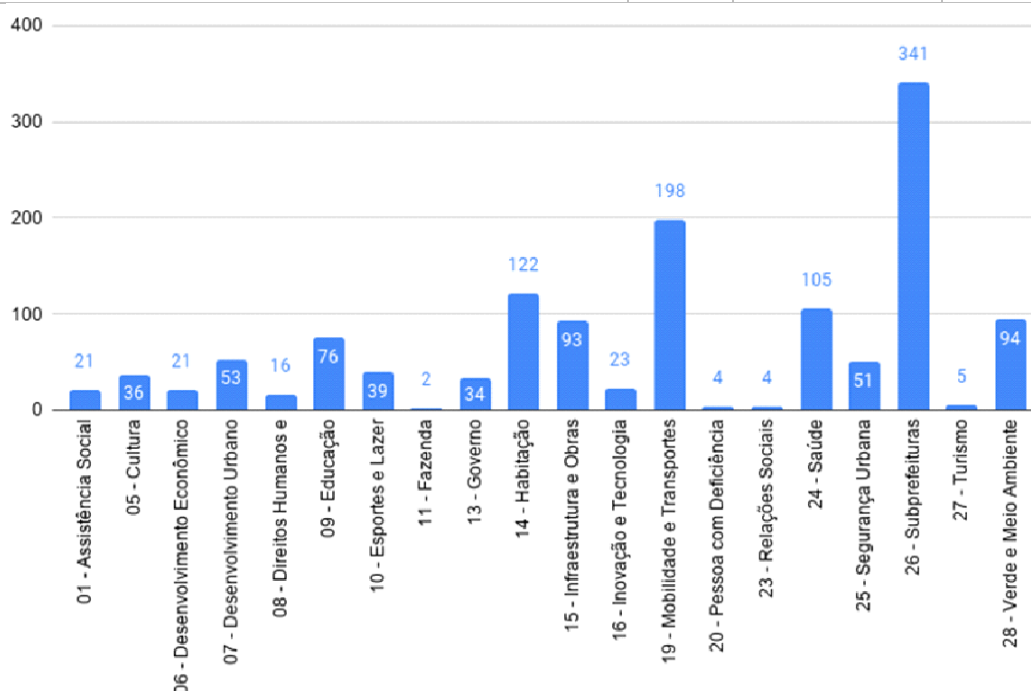


Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Conforme pode-se observar, as Subprefeituras com maior quantidade de contribuições escritas foram: São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Ademar, Parelheiros, Vila Mariana, Penha e Itaim Paulista. As propostas da sociedade civil foram classificadas com atenção às competências das secretarias municipais, como evidenciam o **Quadro 2** e **Gráfico 2**.

Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.

Total Propostas	1236
Total de Propostas Distribuídas*	1338
* excluindo-se propostas não legíveis.	
* algumas propostas foram encaminhadas para mais de 1 secretaria.	
01 - Assistência Social	21 propostas 1,6%
05 - Cultura	36 propostas 2,7%
06 - Desenvolvimento Econômico	21 propostas 1,6%
07 - Desenvolvimento Urbano	53 propostas 4,0%
08 - Direitos Humanos e Cidadania	16 propostas 1,2%
09 - Educação	76 propostas 5,7%
10 - Esportes e Lazer	39 propostas 2,9%
11 - Fazenda	2 propostas 0,1%
13 - Governo	34 propostas 2,5%
14 - Habitação	122 propostas 9,1%
15 - Infraestrutura e Obras	93 propostas 7,0%
16 - Inovação e Tecnologia	23 propostas 1,7%
19 - Mobilidade e Transportes	198 propostas 14,8%
20 - Pessoa com Deficiência	4 propostas 0,3%
23 - Relações Sociais	4 propostas 0,3%
24 - Saúde	105 propostas 7,8%
25 - Segurança Urbana	51 propostas 3,8%
26 - Subprefeituras	341 propostas 25,5%
27 - Turismo	5 propostas 0,4%
28 - Verde e Meio Ambiente	94 propostas 7,0%



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Destaca-se que a maior parte das contribuições escritas da sociedade civil foram destinadas às Subprefeituras (341), Mobilidade e Transportes (198), Habitação (122), Saúde (105) e Infraestrutura (98). As demandas organizadas segundo as secretarias municipais foram encaminhadas para análise de cada órgão, para cotejar a viabilidade de sua inserção no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização e avaliação das contribuições escritas da sociedade civil na consulta pública e o parecer apresentado pelos órgãos setoriais municipais são os principais insumos para a preparação da segunda (2ª) Rodada de Audiências Públicas - Audiências Devolutivas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil nas audiências públicas considerou os seguintes quesitos de classificação: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria. Foram sistematizados os posicionamentos de setoriais municipais sobre as contribuições da sociedade civil, e avaliada *sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura*.

A partir dessa avaliação foram analisadas as contribuições da sociedade na 1ª Rodada de Consultas, em função da sua viabilidade técnica e financeira, entre outros aspectos, pelo executivo municipal e, em especial, observada a articulação e possibilidade de inserção dessas propostas ao Plano de Ação 2020, às recomendações para 2021 e para os próximos ciclos de planejamento.

Essa análise considerou a relação das propostas com os objetivos e as diretrizes apresentadas para cada Plano Regional de Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020, em específico para os Perímetros de Ação (PA) priorizados em cada Subprefeitura. Foram também apresentadas justificativas e recomendações para as contribuições que apresentaram pouca ou nenhuma aderência ao Plano de Ação das Subprefeituras, a exemplo de ações voltadas ao aperfeiçoamento das atividades de zeladoria e da gestão das Subprefeituras, e outras recomendações que poderão retroalimentar a revisão do Plano Diretor Estratégico 2014 e dos respectivos Planos Regionais.

Finalmente, são apresentadas recomendações técnicas, para os Perímetros de Ação e Planos de Ação das Subprefeituras, desenvolvidas em parceria entre consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU-PMSP.

Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil

Segundo o artigo 322 do Plano Diretor Estratégico - Lei Municipal 16.050 de 2014, a gestão democrática deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, transparência, e acesso à informação. A partir disso, recomenda-se que o executivo dê publicidade, por meio dos sítios da prefeitura, aos insumos tratados correspondentes ao Plano de Ação de cada Subprefeitura, como subsídios à realização das reuniões devolutivas, direcionada a cada Subprefeitura.

Com base nas orientações do artigo 322 recomenda-se que os documentos elaborados para o **Plano de Ação das Subprefeituras 2020 com recomendações para 2021 sejam disponibilizados nos portais eletrônicos das Subprefeituras**, assim como, no site Gestão Urbana. No caso de informações territorializadas, a plataforma Geosampa se mostra como um importante meio de difusão e publicização.

A segunda rodada de audiências públicas – as audiências devolutivas – para o Plano de Ação deveriam ter ocorrido entre os meses de abril e maio do ano de 2020, em formato presencial.

Em função da Pandemia da COVID 19 e dos impedimentos legais em vigor a partir de 15 de agosto de 2020, definido pela legislação eleitoral, as oficinas devolutivas para a discussão dos Planos de Ação foram adiadas sine-die.

A metodologia para as reuniões devolutivas constituir-se-ia da apresentação e discussão da **Sistematização das demandas apresentadas pelos conselheiros e participantes da sociedade civil, elaborados para cada uma das 32 Subprefeituras** (cf. **Quadro 6**), e **Posição e Avaliação das secretarias municipais sobre as propostas apresentadas para o Plano de Ação de cada uma das Subprefeituras** (cf. **Quadro 8**).

Destaca-se o grande volume de propostas que foram analisadas e organizadas por temas e encaminhadas para análise de cada órgão, para avaliação da viabilidade de inserção delas no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 ou 2021.

O principal subsídio ao Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 é a articulação e a inserção de parte dessas propostas, avaliadas pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU, com base no **Quadro 9 - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021**.

Disponibilização das informações para apresentação dos Planos de Ação por Subprefeituras

Para a finalização dos Planos de Ação, tendo em vista a impossibilidade de realização das reuniões devolutivas, recomenda-se a publicização das informações consideradas fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos:

- Inserção e disponibilização dos Perímetros de Ação (PA) que compõem os Planos Regionais de cada Subprefeitura na plataforma Geosampa;
- Disponibilização das apresentações dos Planos Regionais e respectivos Perímetros Prioritários preparada para a 1ª Rodada de Audiências com os Conselhos Participativos Municipais (CPM);
- Disponibilização da Apresentação contendo a Avaliação das demandas e propostas indicadas pelos Conselhos Participativos Municipais e sociedade civil em cada Subprefeitura. Essa apresentação é baseada na análise de viabilidade de atendimento, e/ou de outros encaminhamentos às demandas, pelos órgãos setoriais responsáveis, em atividade coordenada por SGM, que constam dos seguintes Quadros:
- **Quadro 6** – Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras,
- **Quadro 8** - Devolutivas das secretarias municipais, sobre as propostas da sociedade civil apresentadas para o Plano de Ação, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras.
- **Quadro 9** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura, para o Plano de Ação de 2021 e para as demais peças de planejamento entre 2021-2024.

Recomenda-se a apresentação dos resultados desse trabalho aos Conselhos Participativos Municipais de cada Subprefeitura tão logo seja possível em função das medidas de saúde pública requeridas pela pandemia da COVID-19 e respeitadas as restrições da legislação eleitoral.

Por fim, recomenda-se a articulação dos resultados do Plano de Ação das Subprefeituras para 2020 e das recomendações para o Plano de Ação para 2021 à discussão das propostas para a LOA e LDO para o ano de 2021.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se

assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Destaca-se também a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 em processo de consolidação institucional, e vinculada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.²

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, estes trazem também recomendações para o Plano de Ação para 2021 e para o planejamento do período 2021-2024, recomendando-se que a elaboração de planos de ação das Subprefeituras se transforme em prática perene, rotineira e periódica de planejamento participativo.

2

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=237119>, portal eletrônico consultado em setembro de 2020.

Plano de Ação da Subprefeitura e o Sistema de Planejamento Urbano Municipal

O presente documento conclui a prestação de serviços técnicos especializados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, com a elaboração pioneira dos Planos de Ação das Subprefeituras, conforme previsão legal, os quais compõem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano paulistano.

Os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados conforme a orientação do Plano Diretor Estratégico de 2014, foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e também integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Estão centrados no planejamento local integrado dos espaços públicos e das políticas setoriais municipais, ao passo que deixaram de regular o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, formulado em lei específica aprovada em 2016.

Os Planos de Ação das Subprefeituras devem revisar e priorizar as propostas apresentadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, e buscar a integração entre o planejamento urbano local e o processo orçamentário.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Desse modo, destaca-se a relevância dos processos participativos para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e a importância do planejamento urbano local para a tomada de decisão no âmbito da administração municipal, em sintonia com a opinião manifesta da sociedade civil organizada.

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, cabe uma síntese e considerações, que representam as lições apreendidas nesse processo. Essas considerações avançam em três principais eixos: (i) institucionalidades e administração pública; (ii) planejamento urbano e planejamento orçamentário; (iii) planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada.

Institucionalidades e administração pública

Em termos de institucionalidades e gestão pública, cada setor da administração pública municipal possui sua racionalidade própria, e incorpora objetivos, estratégias, critérios e forma de organização particulares, que orientam seus gastos e o exercício da sua função pública. Se a Secretaria Municipal de Transportes planeja e opera eixos e fluxos, a Secretaria Municipal de Saúde estrutura seus serviços com base na distribuição de equipamentos de saúde e a abrangência territorial das equipes de saúde da família, por exemplo. Ainda, cada órgão setorial organiza a sua descentralização administrativa de modo autônomo, por meio de gerências, coordenadorias, departamentos ou divisões técnicas regionais, por exemplo. Essas diversas racionalidades incorporam justificativas técnicas, históricas e políticas. Contudo, uma articulação entre essas perspectivas demanda um esforço para institucionalização dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a histórica atuação das Subprefeituras do município, e o significado das estratégias de descentralização administrativa da Prefeitura de São Paulo, que incorporam capacidade de acompanhamento das transformações na cidade.

Desse modo, os Núcleos Regionais de Planejamento criados pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016 e coordenados pela Secretaria Municipal de Subprefeituras, são centrais ao debate e elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e instituem por meio de ações anuais e plurianuais os Planos Regionais das Subprefeituras elaborados com o horizonte de planejamento para 2030. Nesse contexto, os Núcleos Regionais de Planejamento representam a arena de articulação entre as pastas municipais, sendo essa articulação estabelecida a partir do espaço urbano e planejamento estatal de maneira descentralizada para a ação local. Desse modo, recomenda-se o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das respectivas Subprefeituras, como instância fundamental para a gestão da integração das ações setoriais no território, elaboração e implementação dos planos de ação local, e implantação dos objetivos e diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras.

Além disso, a boa atuação do planejador demanda o acesso à informação organizada em sistemas inteligentes, ressaltando a pertinência da construção de um sistema e de um fluxo de informações no âmbito da administração pública direcionados ao planejamento local. Ou seja, a implantação de um sistema, processos e procedimentos que construam um banco de dados de informações territorializadas na escala local, que

subsidiem a articulação entre o espaço público e a implantação de políticas públicas por meio do planejamento local.

Durante o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, destacou-se a dificuldade quanto à disponibilização e territorialização das ações do Programa de Metas 2019-2020, visto que as informações por metas não estavam disponíveis em banco de dados comuns e não estavam vinculadas ao território. Por não haver essa base de dados estruturada e disponível, não foi possível ter acesso às ações territorializadas desenvolvidas localmente pelas secretarias no biênio 2017-2018, informação fundamental para o acompanhamento processual das diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras e subsequentes indicações para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras tendo em vista a continuidade dos ciclos de planejamento orientados pelo horizonte de planejamento para o ano de 2030, nos Planos Regionais das Subprefeituras de 2016 e no Plano Diretor Estratégico 2014.

Ressalta-se a importância do constante monitoramento destes planos pela administração pública, à exemplo do que ocorre na escala do PDE 2014. A necessidade dessa prática reforça a premissa de regularidade e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento, coordenados pela Secretaria Municipal das Subprefeituras. Essa prática deve estar alinhada ao processo de monitoramento do Plano Diretor Estratégico, já em desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, secretaria responsável pela orientação, suporte técnico e suporte metodológico no desenvolvimento urbano e na articulação técnica dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados de informações territorializadas é central à dissolução de assimetrias entre agentes e para ampliação da eficiência na atividade de planejamento. É fundamental que a territorialização de informações seja compartilhada em banco de dados acessível aos agentes públicos que necessitam de informações relativas ao planejamento territorial. Um banco de dados territorializado é uma ferramenta estratégica para a atuação e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento tendo em vista sua responsabilidade em organizar as bases para a formulação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Planejamento urbano e planejamento orçamentário

A prática quadrienal de elaboração e revisão dos Planos de Ação das Subprefeituras não é desprovida de sentido. Visa o alinhamento processual entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, introduzindo a segunda vertente de considerações para o aperfeiçoamento desse processo.

Um importante debate relativo ao sistema municipal de planejamento urbano é o financiamento dos importantes investimentos em infraestruturas urbana, habitacional e ambiental, centrais para a estruturação urbana local, o que é possível deduzir a partir das demandas já incorporadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras, e também avaliadas pelas lições apreendidas no presente trabalho.

Os trabalhos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 se iniciaram no final de 2019, e são orientados em especial pelo Programa de Metas 2019-2020, instrumento este que também subsidia a formulação do planejamento orçamentário municipal. O ajuste temporal da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, de modo concomitante à elaboração do Programa de Metas 2021-2024, poderá contribuir para uma melhor articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, e refletir positivamente na estruturação das políticas públicas e ações setoriais integradas com reflexo importante no atendimento dos objetivos, diretrizes e metas de âmbito local.

Ambos, Plano de Ação das Subprefeituras 2021-2024 e Programa de Metas 2021-2024, podem informar a gestão orçamentária municipal, o Plano Plurianual 2022-2026, e as sucedâneas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Importante que o financiamento da estruturação urbana local esteja orientado por metas intersetoriais, como sugerem os Planos Regionais das Subprefeituras, metas articuladas também com atenção às especificidades levantadas pelo planejamento urbano.

Os Planos de Ação das Subprefeituras, o Programa de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual são peças de planejamento da administração pública dotadas de processos participativos próprios, atendendo aos preceitos de uma gestão democrática. Esses processos podem estar articulados por eventos comuns para promover a integração dos Planos de Ação das Subprefeituras, Programa de Metas e leis orçamentárias, e de modo a fortalecer a participação da sociedade civil organizada. Isso implica na necessidade de uma articulação prévia entre

secretarias, desde órgãos responsáveis pelas finanças públicas e os órgãos setoriais específicos.

Uma outra articulação possível é entre os diferentes fundos municipais, que possuem finalidades específicas, mas que podem atuar conjuntamente sobre um único território ou com vistas à implementação das diretrizes dos Perímetros de Ação priorizados nos Planos de Ação das Subprefeituras. Neste caso, há ainda a destacar os conselhos participativos associados a cada fundo municipal como, por exemplo, o Fundo Municipal de Habitação que é associado ao Conselho Municipal de Habitação.

A publicização de balanços administrativos e fiscais, que analisem quanti e qualitativa e periodicamente à implementação do Programa de Metas e dos gastos públicos, contribuiria para o maior acompanhamento da integração das políticas setoriais, da sua aderência ao território e no dimensionamento das dificuldades a serem superadas durante os próximos ciclos de planejamento. Este seria ainda um importante subsídio para fortalecer a atuação da representação da sociedade civil nos espaços de controle social.

Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada

Neste item destaca-se a relevância conferida aos Conselhos Participativos Municipais (CPM) pelos processos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. As atribuições dos Conselhos Participativos Municipais guardam afinidade com as propostas dos Planos Regionais e respectivos Planos de Ação das Subprefeituras. Dentre outros, esses conselhos devem articular os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, desenvolver ação integrada e complementar às áreas temáticas de conselhos e o controle social do poder público, fiscalizar e monitorar no território a execução orçamentária municipal. Neste sentido, os Conselhos Participativos Municipais de fato são instâncias pertinentes à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A consolidação dos conselhos participativos municipais fortalece o próprio sistema de planejamento urbano municipal. Os conselheiros contribuem notoriamente para um debate qualificado sobre o espaço urbano e suas condições, trazendo maior aderência à percepção dos problemas a partir da sua vivência no território, trazendo um elemento enriquecedor para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações delas derivadas, e uma orientação mais precisa para priorizar os gastos públicos a partir do planejamento urbano local.

O esforço de consulta à sociedade civil deve colher as informações necessárias à atuação estatal, assim como, contribuir para a formação cívica sobre a administração municipal. Um melhor êxito nessa articulação de objetivos poderá estar associado a uma maior interação da SMDU com os CPMs, aliás solicitada por muitos conselhos, e também com a disponibilização prévia de mapas, tabelas e textos aos conselhos participativos e nos portais eletrônicos da municipalidade; etapas preparatórias de formação teórica sobre o Plano Diretor e os Planos Regionais, possível a partir de apresentação de *slides*, e dinâmicas ativas de participação, em mesas e oficinas de debate horizontal, com o uso da cartografia; devolutivas em formato interativo, com ampliação das oportunidades para esclarecimentos, estabelecimento de compromissos e considerações finais.

Em específico sobre as reuniões devolutivas, retoma-se os desafios apresentados para o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, em especial a maior articulação entre as pastas municipais. As propostas colhidas junto à sociedade civil devem ser verificadas junto aos setoriais municipais competentes. Atentar ao correto encaminhamento das

propostas da sociedade, no âmbito da administração pública, é premissa importante para o bom desempenho do processo participativo.

A territorialização das propostas da sociedade civil por Perímetros de Ação se mostrou um processo de fundamental importância para focalizar a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras nas especificidades e integração de ações setoriais e deverá compor esforço de elaboração de futuras reuniões devolutivas à sociedade civil.

Por fim, sobre a participação da sociedade civil organizada, é pertinente um estudo sobre a garantia das condições econômicas, de suporte e políticas necessárias à boa organização desses conselhos, que passa pelo fortalecimento da representatividade democrática.

Para além das considerações aqui apresentadas e organizadas por eixos temáticos, destacamos que os desafios e potenciais listados acima não devem ser entendidos de modo estanque. Avançar de modo sistêmico, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo socialmente, é uma recomendação à prática e operação do sistema municipal de planejamento urbano em São Paulo, em especial em relação ao planejamento local.

1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA

Esta seção apresenta uma breve caracterização do território da Subprefeitura do Ipiranga, a caracterização e as diretrizes³ de cada Perímetro de Ação, extraídas do “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras - Perímetros de Ação Ipiranga*”, publicado em dezembro de 2016.

1.1. Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga^{4 5}

A Subprefeitura Ipiranga (SPIP) integra a macrorregião Sul 1 e ocupa 2,5% da área do Município de São Paulo e abrigava, em 2010, 4,1% de sua população (IBGE - Censo 2010).

O bairro até então isolado e pouco habitado, recebeu seus primeiros loteamentos a partir de 1850, com a retificação do Rio Tamanduateí. No início do século XX o território passou por processo de expansão da atividade industrial e pela instalação de olarias tendo em vista estar situado em posição estratégica na ligação entre a região central e a saída para o Porto de Santos, o que favoreceu o desenvolvimento industrial da região. A partir da década de 80, observa-se a diminuição das atividades industriais, o adensamento das áreas de ocupação irregular e o conflito entre as atividades e fluxos. Sendo assim, destaca-se entre os desafios propostos pelo Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga o desafio de melhorar a mobilidade tanto regional quanto local, inclusive para as cargas.

Outro desafio é a compatibilização das ações previstas pela Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT) com a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental e com a infraestrutura da região. A OUCBT deve estimular a ocupação de imóveis ociosos e subutilizados, viabilizar ações para eliminar situações de risco geológico, realizar obras de drenagem urbana e ampliar a infraestrutura

³ *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Ipiranga – Perímetros de Ação*, dez 2016. <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

⁴ Fonte: PMSP. Datasub – *Cadernos das Subprefeituras – material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras – Ipiranga*, 2016.

⁵ partes do texto extraídas integralmente do *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Quadro Analítico – Ipiranga*, dez 2016. <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

necessária para a manutenção da atividade econômica e ampliar a oferta de áreas verdes e a arborização, além dos necessários investimentos em habitação e regularização fundiária e na universalização do saneamento ambiental, dos serviços públicos e do acesso aos equipamentos públicos.

Dentre as diretrizes da SPIP encontram-se o fortalecimento das centralidades locais e regionais, especialmente ao longo das vias que contam com transporte público, fortalecendo o comércio e os serviços de âmbito local, aliado ao incentivo à permanência da infraestrutura necessária para a manutenção da atividade econômica, sobretudo a industrial e à diversificação e ampliação da atividade produtiva.

Os investimentos em mobilidade urbana concentram uma série de diretrizes que vão desde o estímulo ao uso do transporte público coletivo por meio de investimentos na melhora de seu desempenho, passando por investimentos na implantação de corredores de ônibus, na facilitação do trânsito de passagem pela região, inclusive de cargas, com a ampliação do sistema viário estrutural, até a qualificação dos espaços públicos, da sinalização de trânsito e garantia da acessibilidade universal e da segurança dos pedestres e ciclistas com a implantação da malha cicloviária, melhoria das calçadas, da iluminação pública e a implantação e manutenção do mobiliário urbano.

Outras diretrizes fundamentais são as que indicam a necessidade de realização de obras de drenagem urbana, eliminação de áreas de risco e investimentos em habitação e regularização fundiária, além da notificação de terrenos que não cumprem sua função social da propriedade.

O aumento da oferta de áreas verdes, da densidade arbórea nas áreas protegidas e nas vias, a qualificação de praças e parques, a melhoria da infraestrutura ligada ao turismo e ao lazer, sobretudo no entorno dos equipamentos de atratividade metropolitana e nacional existentes na região e nas rotas de acesso, por meio de investimentos em melhoria da acessibilidade com sua integração à rede de transporte público e à infraestrutura de transportes não motorizados, são diretrizes que conciliam melhoria das condições ambientais com o aproveitamento do patrimônio histórico, cultural e ambiental presentes no território.

Destaca-se também a diretriz que indica a demanda por programas específicos à população em situação de rua e a melhoria da infraestrutura e dos serviços de assistência para a população idosa.

Entre as diretrizes na área social definiu-se ainda o atendimento da demanda por educação infantil, a ampliação dos serviços socioassistenciais para crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade, além da importante oferta de formação profissionalizante que contribua para a ampliação do nível de escolaridade média dos trabalhadores da região.

O Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga destaca também que alguns desafios transcendem seu alcance tendo em vista a necessidade de medidas que contribuam para a elevação da renda, a maior oferta de emprego e/ou trabalho e a necessidade de ações no setor de segurança pública.

Para concluir foi destacada a necessidade de mitigação dos possíveis efeitos do adensamento tanto populacional quanto construtivo previstos com a implementação da OUC Bairros do Tamanduateí, em especial sobre o eixo histórico e as áreas naturais protegidas.

Para a SPIP foram definidos 11 perímetros dos quais 2 deles são de abrangência macrorregional (Av. Ricardo Jafet e Abraão de Moraes e o Conexões Metropolitanas).

Os Perímetros de Ação da Subprefeitura do Ipiranga podem ser observados no **Mapa 1** e **Anexo 03**, são os seguintes:

ID 30 | AV RICARDO JAFET E ABRAÃO DE MORAIS

ID 31 | AQUÁRIO

ID 32 | PEFI: JD. BOTÂNICO - ZOO SAFÁRI

ID 33 | PQ. INDEPENDÊNCIA E MUSEU DE ZOOLOGIA

ID 34 | RIO TAMANDUATEÍ

ID 35 | Córrego Jaboticabal

ID 36 | PAI MENINOS I AMPLIADO

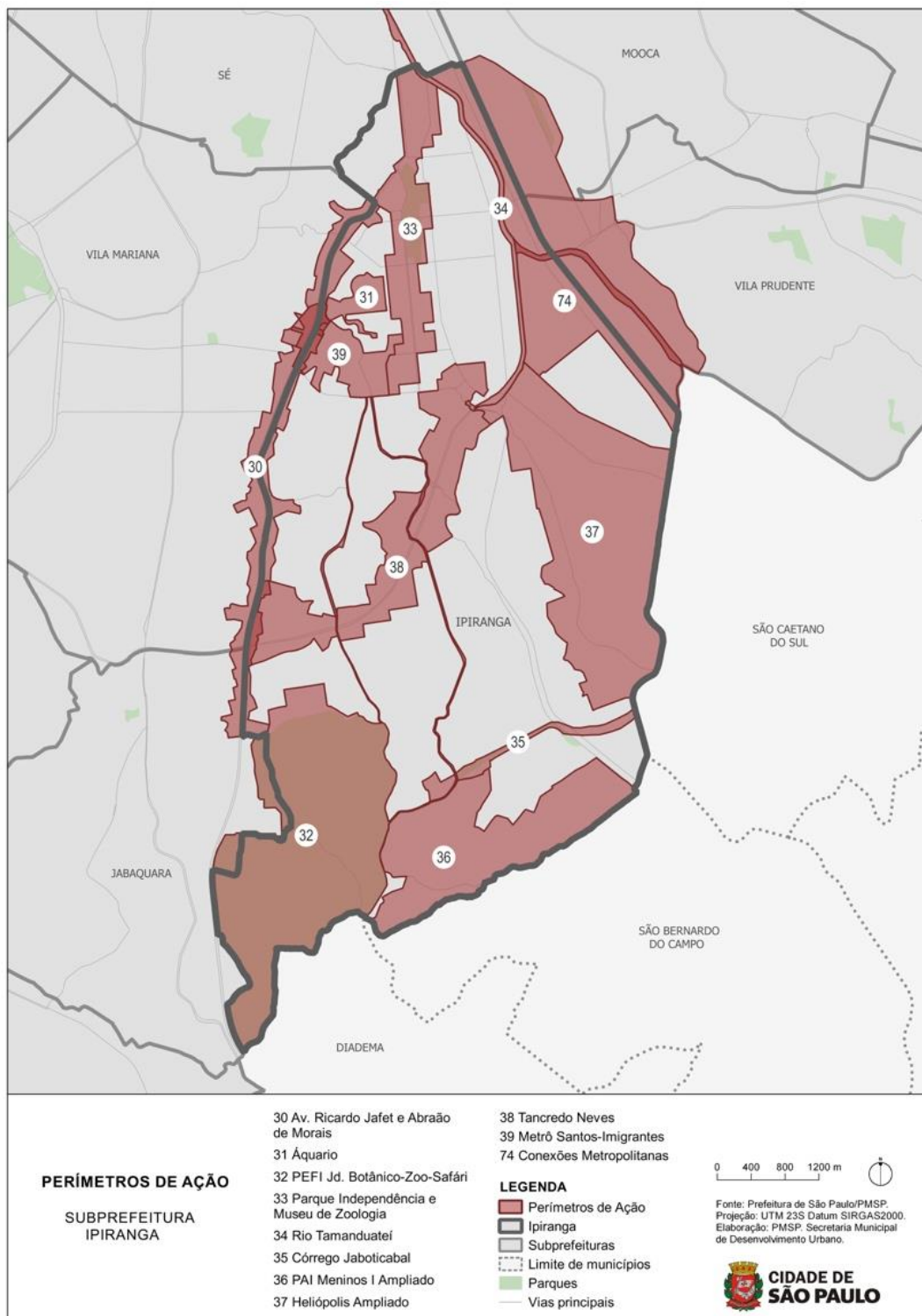
ID 37 | HELIÓPOLIS AMPLIADO

ID 38 | TANCREDO NEVES

ID 39 | METRÔ SANTOS-IMIGRANTES

ID 74 | CONEXÕES METROPOLITANAS

Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura. *



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

* **Mapa 1** é apresentado em formato A3 no **Anexo 02**.

1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação (PAs)

ID 30 | AV RICARDO JAFET E ABRAÃO DE MORAIS

Descrição

Limite entre Subprefeituras Vila Mariana e Ipiranga (com Córrego Ipiranga ao centro da Avenida), as avenidas interligam ambas as Subprefeituras ao distrito de Jabaquara, conectando-se à Rodovia dos Imigrantes que liga São Paulo a Diadema, São Bernardo do Campo e ao litoral paulista.

Caracterização

Avenidas de fundo de vale e tráfego intenso. As vias apresentam problemas de alagamento em determinadas áreas, além de ausência de arborização, calçadas inadequadas, insegurança para pedestres e ciclistas, áreas lindeiras com ocupações irregulares e usos inadequados, sendo prioritário e quase exclusivo seu uso por veículos automotivos (transporte individual).

Objetivos

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao comércio, os vinculados ao transporte público e os vinculados aos polos atrativos;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água e das áreas verdes;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC).

Diretrizes

- Complementar e padronizar calçadas e tornar as travessias mais qualificadas e seguras, além de melhorar arborização, sinalização e iluminação na Av. Dr. Ricardo Jafet;
- Promover melhoramento das vias e otimização do tráfego;
- Realizar obras de drenagem em áreas de alagamentos, como por exemplo, próximo ao Shopping Plaza Sul, na rua Ribeiro Lacerda, e próximo à Av. Bosque da Saúde;

- Promover estudos de um Parque Linear, além de aproveitar áreas em terrenos remanescentes, diminuindo o leito carroçável e aumentando a área permeável;
- Possibilitar a transposição do rio por pedestres, ciclistas e automóveis;
- Promover estudo de ciclovia e efetivar obra do corredor de ônibus da SPTrans previsto pelo PDE 2014;
- Prever espaço de lazer em área verde potencial entre Rodovia dos Imigrantes e Av. Miguel Estéfano;
- Proporcionar qualificação da praça na Av. Botuquara, hoje subutilizada, e do antigo incinerador (Ipiranga).

Secretarias Envolvidas

SMPED; SMSP; SMDU; SIURB; SVMA; SMT; SMT.

Atores Envolvidos

CET; SP Obras; METRÔ.

ID 31 | AQUÁRIO

Descrição

O Aquário de São Paulo localiza-se na rua Huet Bacelar, 407. Esta rua é continuação da rua Nova Louzã, que se inicia na rua Saioá, local da estação de metrô Santos-Imigrantes.

Caracterização

Trata da integração entre os passeios e a rede de transporte público com a centralidade representada pelo Aquário de São Paulo e faz parte do circuito de turismo zoobotânico. A ligação entre o metrô Santos-Imigrantes e o equipamento pela rua Huet Bacelar é de difícil acessibilidade, com barreiras no percurso para os pedestres e ausência de faixa para travessia nos locais necessários.

Objetivos

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao transporte público e os vinculados aos polos atrativos;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB.

Diretrizes

- Implantar circuito de turismo zoobotânico, através da integração do Aquário pela ligação de passeios e da rede de transporte público com os demais equipamentos existentes do circuito (Parque Independência, Museu da Zoologia, PEFI - Jardim Botânico, Zoológico e Zoo Safári);
- Alargar a Rua Huet Bacelar (próxima ao Aquário de São Paulo) quando possível, principalmente no trecho mais crítico da rua Huet Bacelar entre a rua Caçador de Esmeraldas e a rua Frei Durão;
- Melhorar a iluminação, arborização e as condições da circulação de pedestres no percurso entre a estação de metrô Santos-Imigrantes e o Aquário de São Paulo;
- Implantar sinalização turística na estação de metrô Santos-Imigrantes;
- Pensar em uma melhor solução para estacionamento do Aquário;
- Ampliar e melhorar os espaços de uso público e promover vegetação e arborização dos caminhos, além de promover revitalização da Praça Pinheiro da Cunha.

Secretarias Envolvidas

SMPED; SMSP; SMDU; SIURB; SES; SVMA; SMT.

Atores Envolvidos

CET; SP TURIS; Ilume; METRÔ

ID 32 | PEFI: JD. BOTÂNICO - ZOO SAFÁRI

Descrição

O Parque Estadual Fontes do Ipiranga (PEFI), também conhecido como Parque do Estado, localiza-se ao sul da Subprefeitura do Ipiranga, entre a Avenida do Cursino e a Rodovia dos Imigrantes, cortado pela Avenida Miguel Estéfano. Abriga as nascentes do córrego Ipiranga e os seguintes equipamentos: Jardim Botânico de São Paulo na Av. Miguel Estéfano, 3687; Zoológico de São Paulo na Av. Miguel Estéfano, 4241; e Zoo Safári na Av. do Cursino, 6338.

Caracterização

Trata da integração entre os passeios e a rede de transporte público com a centralidade representada pelos equipamentos existentes no Parque Estadual Fontes do Ipiranga e faz parte do circuito de turismo zoobotânico. Em seu entorno, a Avenida do Cursino é uma via importante para a conexão com outros municípios, tem potencial, mas não é muito bem utilizada. Além disso, ela e as Av. Nossa Senhora das Mercês e Av. Padre Arlindo Vieira são essenciais para conectar os equipamentos zoobotânicos do Ipiranga.

Já a Av. Miguel Estéfano atravessa o Parque do Estado e é importante ligação para a região.

Objetivos

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao transporte público e os vinculados aos polos atrativos;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de acessibilidade e conectividade e as questões de tratamento das bordas;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água e das áreas verdes;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Melhorar as vias de acesso aos equipamentos: Av. do Cursino, Av. Miguel Estéfano, Av. Nossa Senhora das Mercês e Av. Padre Arlindo Vieira e os espaços de uso público nos caminhos até o Parque do Estado;
- Melhorar a iluminação e arborização e recuperar calçadas no percurso entre os equipamentos e implantar sinalização turística na estação de metrô Jabaquara;
- Promover um estudo de alteração do sentido das vias para otimização do fluxo de veículos na região, nos dias de maior público aos parques;
- Garantir acessibilidade universal ao parque, avaliando estudo de ciclovias e conectando todo o entorno do PEFI por caminhos mais sustentáveis e promovendo espaços melhores para a região;
- Regulamentar estacionamento para os veículos de turismo nas proximidades dos equipamentos;
- Implantar circuito de turismo zoobotânico, através da integração do Parque Estadual Fontes do Ipiranga (Jardim Botânico, Zoológico e Zoo Safári) pela ligação de passeios e da rede de transporte público, facilitando ligação com o Terminal Intermodal Jabaquara e com os demais equipamentos existentes do circuito de turismo zoobotânico

Secretarias Envolvidas

SMPED; SMSP; SMDU; SIURB; SES; SVMA; SMT.

Atores Envolvidos

CET; SP TRANS; SP TURIS; Ilume; ZOO SP; METRÔ.

ID 33 | PQ. INDEPENDÊNCIA E MUSEU DE ZOOLOGIA

Descrição

O Parque Independência localiza-se no distrito do Ipiranga, entre a Avenida Nazaré e a rua Bom Pastor, próximo à Avenida Dom Pedro I e é dividido pela Rua dos Patriotas. Abriga o Monumento à Independência, a Cripta e a Capela Imperial, a Casa do Grito e o Museu Paulista (Museu Histórico da Universidade de São Paulo). O Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo situa-se na Av. Nazaré, 481. O perímetro engloba também o trecho entre a Avenida Dom Pedro I, Avenida do Estado, e Avenida Tereza Cristina.

Caracterização

Trata da integração entre os passeios e a rede de transporte público com a centralidade representada pelo Parque Independência e o Museu de Zoologia da USP, principalmente pela Av. Nazaré, e faz parte do circuito de turismo zoobotânico. Engloba questões de alinhamento com a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, entre elas a Criação de parque linear Foz do Ipiranga.

Objetivos

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao transporte público e os vinculados aos polos atrativos;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de acessibilidade e conectividade;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental das áreas verdes;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB.

Diretrizes

- Reduzir o efeito da Rua dos Patriotas como barreira entre o Monumento e o Museu Histórico;

- Melhorar a circulação e iluminação no percurso entre os equipamentos e implantar sinalização turística na estação de metrô Alto do Ipiranga, promovendo conexão direta com a mesma;
- Conservar as áreas verdes e ampliar e melhorar os espaços de uso público;
- Reorganizar o terminal informal de ônibus no entorno da estação de metrô Alto do Ipiranga;
- Regulamentar o estacionamento para os veículos de turismo nas proximidades dos equipamentos;
- Implantar circuito de turismo zoobotânico, através da integração do Parque Independência e o Museu de Zoologia pela ligação de passeios e da rede de transporte público com os demais equipamentos existentes do circuito (Aquário, PEFI - Jardim Botânico, Zoológico e Zoo Safári);
- Promover a expansão do Parque Independência, bem como alterações entre as Av. Dom Pedro I e Av. Tereza Cristina, com a abertura de vias locais e a criação do Parque Foz do Ipiranga, em conformidade com as propostas da OUC Bairros do Tamanduateí.

Secretarias Envolvidas

SMPED; SIURB; SVMA; SMT; SVMA; SMT.

Atores Envolvidos

FUNDURB; CET; SP TRANS; SP TURIS; SP Urbanismo; METRÔ.

ID 34 | RIO TAMANDUATEÍ

Descrição

Área que compreende o entorno do rio Tamanduateí e parte da Avenida do Estado.

Caracterização

A região da Av. do Estado e da Av. das Juntas Provisórias é pouco utilizada e pouco valorizada. Também apresenta dificuldades de mobilidade para pedestres e poucas transposições sobre o Rio Tamanduateí. As estações do Expresso Tiradentes são de difícil acessibilidade e subutilizadas. Alguns pontos sofrem inundações e o rio é poluído.

Objetivos

- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua e a população usuária de drogas;

- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo à implantação de atividades industriais;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC).

Diretrizes

- Realizar estudos para otimização das linhas e acessos do VLP, tornando o sistema mais eficiente, implantando uma alça de ligação com o eixo de estruturação urbana previsto na Avenida Tancredo Neves até a região de Vila Prudente;
- Promover ações que facilitem a acessibilidade de pedestres na região, avaliando abertura de outras estações previstas, moderação de tráfego na Av. do Estado e criação de conexões cicloviárias;
- Promover estudo de melhoria de transposição de pedestres, principalmente nos Viadutos Grande São Paulo, Pacheco Chaves e no trecho da Av. Dr. Francisco Mesquita;
- Promover melhorias nas áreas lindeiras ao Rio Tamanduateí, transformando-as paisagisticamente, realizando estudos de recuperação do rio Tamanduateí, além de trazer estruturação e desenvolvimento à região, em conformidade com a OUC Bairros do Tamanduateí.

Secretarias Envolvidas

SMPED; SMSP; SMDU; SIURB; SVMA; SMT.

Atores Envolvidos

FUNDURB; CET; SP Obras; SP TRANS; SP Urbanismo; EMTU.

ID 35 | Córrego Jaboticabal

Descrição

Área delimitada pelo Córrego Jaboticabal, no distrito do Sacomã, com sua nascente no Jardim Clímax próximo ao CEU Parque Bristol correndo até a Rodovia Anchieta.

Caracterização

O córrego Jaboticabal, com nascente no Jardim Clímax, recebe esgoto que corre a céu aberto e apresenta pontos de alagamento. A área representa ainda dificuldade de acesso tanto para pedestres quanto para veículos, com transporte público e ligações viárias insuficientes.

Objetivos

- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Implantar os parques planejados;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água, das áreas verdes e das encostas;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais (drenagem) e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e regional; • Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH.

Diretrizes

- Promover estudo de viabilidade para criação de Parque linear com ciclovia e passeios públicos, aumentando a permeabilidade, áreas verdes de uso público e recreativas na região;
- Realizar limpeza e manutenção das margens, promovendo a despoluição do córrego e avaliando a viabilidade de criação de galerias de drenagem;
- Criar ligação para a Rodovia Anchieta e Av. Padre Arlindo Vieira lindeira ao parque linear para melhorar o escoamento viário na região dos Meninos e Parque Bristol.

Secretarias Envolvidas

SMSP; SMDU; SEHAB; SIURB; SVMA; SMT; SIURB; SES; SVMA.

Atores Envolvidos

FUNDURB; CET; SP TRANS; SP TRANS; Sabesp.

ID 36 | PAI MENINOS I AMPLIADO

Descrição

Compreende a região ampliada de Projeto de Ação Integrada Meninos do RENOVA, ao sul do distrito de Sacomã e fazendo divisa com o município de São Bernardo do Campo.

Caracterização

Região apresenta infraestrutura muitas vezes inadequada, com difícil acesso de veículos, uma vez que só possui vias coletoras pela Av. Padre Arlindo Vieira e Av. do Cursino, juntamente com a Av. Miguel Stéfano. Também possui áreas precárias, ausência de equipamentos urbanos, acessibilidade e moradia digna, com parte da população em situação de alta vulnerabilidade. Está localizado ao redor dos córregos dos Meninos, Couros, Floriano Peixoto, Francisco P. de Toledo, Ourives e Jaboticabal; nos limites entre São Paulo e São Bernardo, próximo ao Parque Estadual Fontes do Ipiranga, da 83ª Delegacia de Polícia Bristol e da Rodovia Anchieta, e compreende as favelas Tapuia, John Audubon I e II, Campo de Luta, São Savério, Liviero, São Pedro, loteamento Jardim Celeste e o empreendimento Buriti Itapira.

Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de saúde, de educação e de assistência social;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água e das encostas;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e regional; • Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Melhoria da mobilidade interna ao perímetro, através de implantação de nova conexão viária com a criação de ligação entre Jardim Clímax e Vila Arapuá, interligando demais meios de transporte público;
- Melhoramentos nos passeios públicos e criação de ciclovias;
- Melhorar o saneamento ambiental dos córregos e galerias de drenagem;
- Implantação de áreas verdes públicas e atender a demanda de equipamentos públicos, melhorando o acesso principalmente aos serviços de saúde pública, educação, lazer e desenvolvimento social;

- Atender a necessidade de habitação e promover regularização fundiária em conformidade com o processo definido pela SEHAB / COHAB.

Secretarias Envolvidas

SMS; SMADS; SMSP; SMDU; SEME; SEHAB; SIURB; SES; SVMA; SMT.

Atores Envolvidos

FUNDURB; CET; SP Obras; SP TRANS; SP TRANS; SP Urbanismo; CPTM; METRÔ.

ID 37 | HELIÓPOLIS AMPLIADO

Descrição

Contempla a região do Complexo Habitacional Heliópolis, englobando parte da área ao norte da Avenida Almirante Delamare até a Vila Arapuá, próximo da Estrada das Lágrimas até a divisa com São Caetano, na Avenida Guido Aliberti.

Caracterização

Região do Complexo Habitacional Heliópolis, com maior parte da área definida como ZEIS1. A área em questão não possui boas condições de acessibilidade em alguns locais como a ligação de Vila Carioca e Heliópolis, e principalmente nas avenidas Guido Aliberti e Almirante Delamare. Além disso, falta via de acesso ligando monotrilho (a construir) na Av. Guido Aliberti com o conjunto habitacional projetado pelo arquiteto Ruy Ohtake (conhecido como "Redondinhos") situado na Av. Almirante Delamare. As futuras estações (Heliópolis-Goiás, CEU Meninos-Cerâmica, Lágrimas) ainda não possuem detalhamento para implantação das mesmas, além de acessibilidade com demais vias. A Estrada das Lágrimas é uma via histórica e também de extrema importância para Heliópolis.

Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de educação e de assistência social;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua, a população usuária de drogas e a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao comércio, os vinculados ao transporte público e os vinculados às centralidades;

- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Implantar os parques planejados;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água, das encostas e revitalização de áreas degradadas e contaminadas;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais (drenagem);
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Qualificar o Complexo Habitacional Heliópolis e integrá-lo ao conjunto de bairros vizinhos por meio de intervenções de urbanização;
- Contribuir para o convívio social oferecendo espaços seguros de recreação e lazer;
- Implantar infraestrutura de saneamento ambiental, coleta de resíduos sólidos e recicláveis e prevenção dos pontos de alagamento;
- Preservar as áreas verdes existentes e ampliá-las melhorando o uso público;
- Diferenciar e qualificar o trajeto entre os equipamentos públicos e o acesso ao transporte público, com calçadas adequadas e iluminação pública, melhorando o desempenho das vias existentes no perímetro e aumentando a acessibilidade para o pedestre;
- Potencializar as oportunidades de desenvolvimento econômico proporcionadas pelas intervenções previstas na região em consonância com a área predominantemente industrial inserida no perímetro expandido da OUC Bairros do Tamanduateí;
- Promover meios para conectar a região à estação Tamanduateí e futuras estações do Monotrilho, alinhado aos projetos do Consórcio ABC;
- Garantir extensão da Rua Maciel Parente, bem como criação do Viaduto da rua Guamiranga, conforme projeto da OUC Bairros do Tamanduateí, proporcionando maior

acesso para São Caetano do Sul;

- Realizar estudo para adequação de fluxo e sentido das vias principais de Heliópolis;
- Efetivar a criação de um conselho gestor para Heliópolis, que auxiliará na definição das prioridades entre as necessidades da região;
- Promover regularização fundiária em conformidade com o processo definido pela SEHAB/COHAB;
- Realizar estudo de revitalização da área que compreende a Praça Monte Azul Paulista e baixos dos viadutos na rua Ettore Lantieri na continuação da rua Malvina Ferrara Samarore, através de limpeza, sistema eficiente de iluminação, aumento da segurança pública, inserção de equipamentos para atendimento a crianças e idosos.

Secretarias Envolvidas

SMPED; SMS; SMADS; SMSP; SMDU; SEHAB; SIURB; SES; SDTE; SVMA; SMT; SME.

Atores Envolvidos

FUNDURB; CET; COHAB; SP Obras; SP TRANS; SP Urbanismo; CPTM; Sabesp; METRÔ.

ID 38 | TANCREDO NEVES

Descrição

A Av. Pres. Tancredo Neves, localizada na divisa entre os três distritos da Subprefeitura do Ipiranga, liga a Rodovia Anchieta à Rodovia dos Imigrantes.

Caracterização

Via localizada em área de influência do corredor de ônibus municipal planejado (2016), identificada como eixo de estruturação da transformação urbana (Plano Diretor Estratégico 2014). A área apresenta grande potencial, infraestrutura já implantada e espaços subutilizados.

Objetivos

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao transporte público;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais (drenagem);

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover a regularização fundiária e urbanística;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC).

Diretrizes

- Viabilizar eixo de estruturação da transformação urbana prevista;
- Melhorar área da Av. Presidente Tancredo Neves que possui grande potencial, mas é subutilizada, adequando usos da região e listar terrenos vazios e/ou subutilizados;
- Promover melhoramentos viários , melhorar calçadas, iluminação, arborização, e possibilitar maior acessibilidade ao pedestre;
- Viabilizar estudo relacionado ao retorno da mão dupla nas ruas do Lago e Antônio Calandriello para melhorar acesso ao bairro Moinho Velho;
- Estudar melhorias de acessibilidade para pedestres na região do Complexo Viário Maria Maluf;
- Resolver problemas de drenagem e saneamento, priorizando os córregos Mirassol (Vila Brasilina) e Boqueirão (Jardim Previdência);
- Viabilização de prolongamento da Avenida Nazaré ligando-a a Av. Presidente Tancredo Neves em conformidade com proposta da OUC Bairros do Tamanduateí;
- Promover melhoria dos espaços públicos próximos à estação de metrô Sacomã, realizando a revitalização da praça Antônio de Oliveira Marques, entre a rua Bamboré e a rua Marcos Portugal.

Secretarias Envolvidas

SMSP; SMDU; SEHAB; SIURB; SVMA; SMT; SIURB; SES; SDTE; SVMA; SMT; SME.

Atores Envolvidos

FUNDURB; CET; SP Obras; SP TRANS; SP Urbanismo; Ilume; ARSESP; DAEE; CDHU; CESP; CETESB; CPOS; CPTM; DERSA; EMAE; EMPLASA; EMTU; Sabesp; ELETROPAULO; METRÔ.

ID 39 | METRÔ SANTOS-IMIGRANTES

Descrição

Compreende o entorno da estação de Metrô Santos-Imigrantes, entre a Avenida Dr. Ricardo Jafet e a rua Saioá.

Caracterização

Há necessidade de tratamento dos acessos à estação de metrô Santos-Imigrantes, pelo Viaduto Saioá e em especial aos usuários da Vila Mariana, cujo percurso a pé é dificultado pelo Córrego Ipiranga. Na Av. Dr. Ricardo Jafet, onde se insere a estação, há ainda interrupções no percurso de pedestres e não há faixa para travessia nos locais necessários. É a estação de acesso ao Aquário de São Paulo.

Objetivos

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao transporte público;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB.

Diretrizes

- Elaborar estudos para transposição em nível sobre o córrego Ipiranga, para conexão com a estação de metrô no sentido Vila Mariana;
- Fazer estudos de projeto de plataforma coberta para embarque-desembarque, com iluminação, sinalização horizontal e vertical (de tráfego e informativa), e conexões com as alternativas de transporte coletivo existentes, além de implantação de estacionamento vertical;
- Estudar acessos preferencialmente internos entre o estacionamento vertical e a estação de metrô;
- Elaborar projeto de complementação de calçada com largura adequada, sinalização horizontal e iluminação para o trecho da Av. Dr. Ricardo Jafet sob o viaduto Saioá;
- Melhorar acesso ao Aquário de São Paulo pela estação de metrô;
- Proporcionar estudo dos espaços verdes residuais gerados pela implantação do metrô e que poderiam ser qualificados e transformados em boas praças;
- Verificar a existência de córregos abertos, tributários do Córrego Ipiranga, no entorno do eixo e realizar estudos e projetos para, se possível, implantar caminhos verdes, integrando-os com o Parque Linear proposto para o eixo;

- Analisar a necessidade de reserva de espaço para compostagem de resíduos orgânicos e triturados de podas, considerando a ampliação das áreas verdes.

Secretarias Envolvidas

SMPED; SMSP; SMDU; SIURB; SVMA; SMT.

Atores Envolvidos

CET; SP Obras; METRÔ.

ID 74 | CONEXÕES METROPOLITANAS

Descrição

Área compreendida ao longo do eixo ferroviário da linha 10 Turquesa da CPTM e bairros em seu entorno, desde o Viaduto São Carlos até a divisa com o Município de São Caetano do Sul. Abrange a Avenida Presidente Wilson até a Avenida do Estado e a Rua das Juntas Provisórias, englobando parte da Vila Carioca até a Rua Vemag, além da Rua Ibitirama e a Rua Dianópolis, entre outras.

Caracterização

O território caracteriza-se como um importante centro de conexões do transporte público, dada a existência da Estação Tamanduateí (linha 2 Verde do Metrô e linha 10 Turquesa da CPTM) e da Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM), para as quais estão previstas novas conexões com linhas planejadas do transporte de alta capacidade (linha 10 Turquesa "Expresso ABC" da CPTM, linha 15 Prata do Metrô e linha 18 Bronze do Metrô).

Apresenta grandes lotes de uso industrial e logístico, quadras extensas (sobretudo na Rua Dianópolis, na Avenida Henry Ford, na Rua Guamiranga e na Avenida Presidente Wilson), grandes equipamentos públicos e privados, tais como o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga, o Central Plaza Shopping, o Mooca Plaza Shopping, o Centro de Detenção Provisória Vila Independência e o Hospital Monumento.

Verificam-se nesta área problemas de macrodrenagem (enchentes) e microdrenagem (alagamentos); Ocupações reconhecidas pela Secretaria Municipal de Habitação, tais como Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Jacaraípe e Willin, Favela do Tamanduateí, Barão de Resende e outras ocupações ainda não cadastradas, como a Forte de São Bartolomeu; Conjuntos habitacionais já edificadas, tal como a COHAB Cintra Godinho; terrenos destinados à Habitação de Interesse Social (H.I.S.) e Habitação de Mercado Popular (H.M.P.); Lotes públicos e

privados subutilizados (terrenos vazios e/ou pouco construídos); Terrenos cujo solo está contaminado.

A área também está inserida no Perímetro de Adesão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (Setores Vila Carioca, Vila Prudente, Henry Ford e Parque da Mooca) e mantém forte relação com os municípios do ABC, sobretudo com São Caetano do Sul; Há um estudo de implantação do eixo viário metropolitano, ao longo do Córrego dos Meninos, cuja origem é a Avenida do Estado.

Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de educação;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pela geração de empregos, pelo estímulo à implantação de atividades industriais e pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao transporte público e os vinculados às áreas de lazer;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Implantar os parques planejados;
- Promover a recuperação e conservação ambiental das áreas verdes e revitalização de áreas degradadas e contaminadas;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem) e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC); Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Implantar Centros de Educação Infantil próximos às ocupações Vila Prudente e Jacaraípe, de modo a reduzir demanda;
- Reduzir a vulnerabilidade social nas ocupações Vila Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Willin e Jacaraípe;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as indústrias e armazéns na orla ferroviária e para o comércio e serviços existentes na Rua Ibitirama;
- Qualificar o acesso à Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM) pela Avenida Henry Ford e o acesso à Estação Tamanduateí (linha 10 Turquesa da CPTM e linha 2 Verde do Metrô) pela Rua Guamiranga, de modo a garantir a acessibilidade universal;
- Desenvolver projeto de qualificação de espaços livres na área entre a Rua Montojó e a Rua Vila Prudente com tratamento paisagístico adequado;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Salim Lahud, Doutor Heráclito Corrêa de Freitas Neto, Padre Lorenzo Barendense e Brejetuba, com a implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.

Destaque para o Parque Dianópolis (Avenida Dianópolis), para o Parque Linear Córrego dos Meninos (divisa com São Caetano do Sul) e para as faixas de amortecimento ao longo do Rio Tamanduateí e implantação de área verde com bacia de retenção junto da área verde existente na rua Aida, ações previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;

- Monitorar a contaminação do solo em terrenos ao longo do eixo ferroviário;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados no entorno do Viaduto Grande São Paulo, na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, na Av. Paes de Barros e na Av. Presidente Wilson;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do córrego da Mooca e na bacia do Rio Tamanduateí. Destaque para o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga;
- Prover nova central de triagem e transbordo de resíduos sólidos secos, de modo a estimular o trabalho de cooperativas de reciclagem;

- Garantir melhores condições de travessia da Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres;
- Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes de modo a reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno. Destaque para o Viaduto Grande São Paulo (conexão entre Subprefeitura Vila Prudente e Subprefeitura Ipiranga), para a proposta de ligação entre a Av. Henry Ford e a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, para a proposta do corredor metropolitano do ABC, ao longo do Córrego dos Meninos, e para as demais conexões previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres e ciclistas de modo a superar grandes barreiras urbanas (Vd. Grande São Paulo, Vd. Capitão Pacheco Chaves, Rio Tamanduateí, Reservatório de Detenção Guamiranga, Centro de Detenção Provisória Vila Prudente, shopping centers, etc.), melhorando a mobilidade local;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros. Proposta para linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, R. Ibitirama, R. Giestas, R. Costa Barros, Av. São Lucas e Av. do Oratório;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos, prevista a partir da implantação de novos eixos de transporte público (expansão da linha 2 Verde e 15 Prata do Metrô e implantação da linha 18 Bronze do Metrô), ao fluxo de veículos demandado dos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Desenvolver planos de urbanização referentes às ocupações Vila Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Jacaraípe e Willin;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para ocupações não cadastradas, como a Forte de São Bartolomeu;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em glebas e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificadas. Destaque para imóveis notificados com PEUC e para áreas ociosas no eixo ferroviário;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estações Ipiranga e Tamanduateí) e o transporte local.

Secretarias Envolvidas

SMPED; SMADS; SMDU; SMDHC; SEME; SEHAB; SIURB; SES; SDTE; SVMA; SMT; SME.

Atores Envolvidos

FUNDURB; CET; CGE; COHAB; SP Obras; SP TRANS; SP Urbanismo; Ilume; ARSESP; DAEE; CDHU; CESP; CETESB; CPOS; CPTM; DERSA; EMAE; EMPLASA; EMTU; Sabesp; ELETROPAULO; METRÔ.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020

Esta seção apresenta a territorialização das Metas de 2019-2020 que incidem na Subprefeitura do Ipiranga e a avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e as Metas de 2019-2020, por Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura

As ações contidas no Programa de Metas 2019-2020 estão apresentadas no **Quadro 3**, o qual permite visualizá-las para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura. Sobre isso, observar a territorialização do Programa de Metas 2019-20 no mapas do **Anexo 02**.

Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 30 AV RICARDO JAFET E ABRAÃO DE MORAIS	reforma e adequações - UBS Vila Mariana (NGA Sta. Cruz) reforma - UBS Bosque da Saúde inspeção especial de pontes e viadutos - Vd. Ministro Aliomar Baleeiro, Vd. Doutor Eduardo Saigh e Vd. Rodovia dos Imigrantes. reservatórios RI-02 - Aliomar Baleeiro (células norte e sul) reservatório RI-01 - Lagoa Aliperti canal de ligação RI-01 e RI-02 + túnel de entrada no RI-02 microdrenagem - PRA etapa 1 - Lote C - Rua Garapeba obra de macrodrenagem na bacia do riacho Córrego Ipiranga - Córrego Cacareco (túnel e galeria) implantação de novas ciclovias e ciclofaixas - Av. Bandeirantes, Rua Luís Gois, Av. Miguel Estéfano, Complexo Viário Maria Maluf, Ribeiro Lacerda, Ricardo Jafet - I e Abraão de Moraes/Ricardo Jafet requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclofaixa patriotas e ciclofaixa bosque da saúde Wifi gratuito – WI-FI SP Requalificação de calçadas

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 31 AQUÁRIO	Requalificação de calçadas inspeção especial de pontes e viadutos - Vd. Saioá
ID 32 PEFI: JD. BOTÂNICO - ZOO SAFÁRI	Requalificação de calçadas implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Av. do Cursino e Av. do Cursino II, Av. Miguel Estéfano, N. Sra. da Saúde, Av. Pres. Tancredo Neves, Complexo Viário Maria Maluf, SP Expo – Miguel Estéfano, Juntas Provisórias
ID 33 PQ. INDEPENDÊNCIA E MUSEU DE ZOOLOGIA	Revitalização Pq. da Independência (ampliação) Requalificação de calçadas e gradil Reforma da UBS São Vicente de Paula Wifi gratuito – WI-FI SP implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – D. Pedro I e Ricardo Jafet - I requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclofaixa patriotas
ID 34 RIO TAMANDUATEÍ	Requalificação de calçadas implantação de novas ciclovias e ciclofaixas - Juntas Provisórias, Pacheco e Chaves, Av. do Estado, Vd. Grande São Paulo, Amparo-Pindamonhangaba-Francisco Mesquita, D. Lucas Obes requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclofaixa do grito
ID 35 Córrego JABOTICABAL	Wifi gratuito – WI-FI SP implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Pe. Arlindo Vieira
ID 36 PAI MENINOS I AMPLIADO	Wifi gratuito – WI-FI SP reforma UBS Aurélio Mellone reforma AMA/UBS Pq. Bristol reforma UBS Luiz Ernesto Mazzoni implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Pe. Arlindo Vieira Requalificação de calçadas

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 37 HELIÓPOLIS AMPLIADO	<p>Wifi gratuito – WI-FI SP</p> <p>reforma AMA/UBS Sacomã</p> <p>reforma UBS Almirante Dellamare</p> <p>reforma UBS Vila Arapuá</p> <p>implantação de novas ciclovias e ciclofaixas - Juntas Provisórias, Almirante Dellamare, Carioca - Av. Visconde Camumu</p> <p>requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclofaixa Abauna/Salvador</p> <p>Produção Habitacional (meta 19) – Heliópolis Gleba G Cond. B (entrega 1)</p> <p>Produção Habitacional (meta 19) Heliópolis Sabesp 1 Gaivotas Lote 6 Cond. 3B e 4</p> <p>Produção Habitacional (meta 19) Heliópolis Sabesp 2 – Cond. 4</p> <p>Produção Habitacional (meta 19) Heliópolis Sabesp 2 – Cond. 3A</p> <p>Regularização (meta 18) Heliópolis Gaivotas e Heliópolis A – Parcelamento</p>
ID 38 TANCREDO NEVES	<p>Requalificação de calçadas</p> <p>implantação de novas ciclovias e ciclofaixas - Complexo Viário Maria Maluf, Av. Miguel Estéfano, Pres. Tancredo Neves, N. Sra. da Saúde</p> <p>requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclofaixa do grito, Abauna/Salvador e Elba</p> <p>Canalização do Córrego Mirassol</p> <p>Túnel e Galeria – Córrego Cacareco</p> <p>Reforma p/ implantação de elevador – Casa de Cultura Chico Science</p>
ID 39 METRÔ SANTOS-IMIGRANTES	<p>Requalificação de calçadas</p> <p>inspeção especial de pontes e viadutos - Vd. Saioá</p> <p>implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Ricardo Jafet I</p> <p>microdrenagem - PRA etapa 1 - Lote C - Rua Garapeba</p>

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 74 CONEXÕES METROPOLITANAS	<p>Requalificação de calçadas</p> <p>Wifi gratuito – WI-FI SP</p> <p>inspeção especial de pontes e viadutos - Vd. Pacheco Chaves, Vd. José Colassuonno</p> <p>implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Av. Luiz Ignacio de Anhaia Melo I, Pacheco e Chaves, Vd. Grande São Paulo, Amparo-Pindamonhangaba-Francisco Mesquita, D. Lucas Obes e Rua Patriarca</p> <p>requalificação de ciclovias e ciclofaixas – Ciclovia Aida e Ciclofaixa do Grito</p> <p>reforma UBS Dr. Joaquim Rossini</p> <p>Requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus – Av. Paes de Barros</p>

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação

O Plano Regional para a Subprefeitura do Ipiranga previu 11 perímetros que podem ser analisados de forma agrupada por semelhanças nas suas características e/ou diretrizes e por sobreposição de territórios em alguns casos. Sendo assim, foram realizados alguns agrupamentos entre perímetros para a análise da relação entre as diretrizes do Plano Regional da SPIP e as ações territorializadas previstas no Programa de Metas 2019-2020 e foram destacadas especificidades de cada perímetro.

O perímetro ID 30 | Av. Ricardo Jafet e Abraão de Moraes é um dos perímetros de ação de abrangência macro regional que tem como principal característica a sua função de conexão macrometropolitana. As diretrizes previstas para este perímetro procuram reforçar esta função por meio de melhorias viárias, obras de drenagem e da qualificação urbanística e ambiental do seu entorno. Embora existam importantes ações para enfrentamento dos problemas de drenagem, as demais ações previstas no plano de metas pouco dialogam com estas diretrizes e não contribuem para a promoção da melhoria da fluidez do tráfego de veículos e nem para a qualificação urbanística do entorno da Av. Ricardo Jafet.

O perímetro ID 31 | Aquário se sobrepõe parcialmente a este e tem como diretrizes a promoção de medidas que fortaleçam o potencial turístico dos equipamentos existentes no perímetro e em seu entorno o que é parcialmente atendido na medida em que está prevista a requalificação de passeios, porém os trajetos inicialmente demarcados para intervenção não qualificam a conexão dos equipamentos com a estação do metrô existente no perímetro.

Embora exista uma sobreposição territorial entre este perímetro e o perímetro ID 39 | Metrô Santos-Imigrantes, as ações previstas para este último compreendem medidas que contribuem para os seus objetivos que tem como principal diretriz a melhoria do acesso à estação do metrô. Está prevista a melhoria dos passeios que estabelecem rotas de conexão da estação com o entorno. Já a ciclofaixa prevista não contempla a conexão com a estação, o que poderia ser revisto, mas promove a integração da região com a rede ciclovária em implantação no município.

Completam este conjunto de perímetros com objetivos similares o perímetro ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári e o perímetro ID 33 | Pq. Independência e Museu de

Zoologia que possuem diretrizes no sentido de valorizar o patrimônio turístico, cultural e ambiental da rede de equipamentos que procuram integrar.

O perímetro ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári tem como principal diretriz a promoção do acesso aos equipamentos localizados ao sul do território da SPIP e a ação prevista, se desenvolvida de forma a garantir uma qualificação completa dos passeios com a melhoria da iluminação pública e a adoção de medidas para torná-los acessíveis, contribuirá efetivamente com os objetivos do perímetro. O conjunto de ações que promovem a estruturação da rede cicloviária municipal também potencializam a utilização e melhoram o acesso aos equipamentos existentes no perímetro. Porém são elencadas outras medidas necessárias para fomentar a consolidação deste roteiro turístico proposto neste conjunto de perímetros.

Para o perímetro ID 33 | Pq. Independência e Museu de Zoologia as diretrizes também procuram promover a integração entre os equipamentos e a rede de transporte público e consolidar um circuito turístico na SPIP. As ações previstas no Plano de Metas 2019 – 2020 contribuem para esta diretriz ao viabilizarem intervenções nos passeios do entorno do Pq. da Independência e no trajeto entre o Parque e as estações do metrô próximas, a implantação de ciclovias e as obras de revitalização e ampliação do Museu do Ipiranga. Ainda assim, como já discutido, outras medidas devem ser adotadas para viabilizar o circuito turístico proposto no Plano Regional que envolve todos os perímetros analisados até aqui nesta Subprefeitura.

Outro conjunto de perímetros que se sobrepõem territorialmente e que possuem ações complementares é o formado pelo perímetro ID 34 | Rio Tamanduateí e pelo perímetro ID 74 | Conexões Metropolitanas. O primeiro perímetro compreende a Av. do Estado e seu entorno imediato e tem como diretrizes principais a qualificação urbanística de seu território, a melhoria das condições de circulação e mobilidade e o atendimento da população em situação de rua que habita este perímetro. Estas diretrizes não foram contempladas pelo Programa de Metas 2019-2020, embora as ações previstas viabilizem a estruturação de uma rede cicloviária e a qualificação de passeios, o que favorece a mobilidade leve no território.

O território do perímetro ID 74 | Conexões Metropolitanas compreende o complexo território lindeiro à linha 10 - Turquesa da CPTM e que estabelece a conexão com a região do ABC, assim como o perímetro ID 30 | Av. Ricardo Jafet e Abraão de Moraes.

Este perímetro tem uma morfologia caracterizada por lotes e quadras de grandes dimensões de origem industrial, grandes equipamentos e infraestrutura de transportes de grande porte, problemas de drenagem e a presença de assentamentos precários.

Está prevista uma Operação Urbana Consorciada, para a qual existe um projeto de lei em fase de deliberação no legislativo municipal, que abrangerá todo seu território.

Essa complexidade reflete nas diretrizes definidas para o perímetro que procura enfrentar todas essas questões por meio da sua qualificação urbanística e ambiental, da adoção de medidas para urbanizar favelas e provisionar habitação de interesse social, ampliar a rede de equipamentos sociais, melhorar as condições de circulação e o fluxo de veículos, melhorar os sistemas de drenagem, ampliar a oferta de transporte público e sua integração, ampliar a oferta de áreas verdes e adotar medidas para promover a descontaminação do solo.

As medidas previstas no Programa de Metas 2019-2020 contribuem parcialmente com os objetivos do perímetro na medida em que estão previstas intervenções para a qualificação de passeios, a inclusão digital por meio da oferta de disponibilização de rede *Wifi*, a implantação de ciclovias e ciclofaixas, a requalificação de corredor de ônibus e a reforma de uma UBS. Outras medidas seriam viabilizadas a partir da implementação da OUCBT que prevê ações que complementam estas medidas. Se este grande projeto urbano não se efetivar, outra estratégia deverá ser desenvolvida para que sejam enfrentadas as complexas questões que caracterizam este conjunto de perímetros.

O perímetro ID 35 | Córrego Jaboticabal possui ações previstas pelo Programa de Metas 2019 – 2020 que não dialogam com a diretriz de recuperação ambiental deste curso d'água e a implantação de parque linear e mitigação da situação de risco geológico existente no seu entorno.

O perímetro ID 36 | PAI Meninos I Ampliado e o perímetro ID 37 | Heliópolis Ampliado compreendem áreas com concentração de famílias de baixa renda, alta vulnerabilidade social e a presença de assentamentos precários e que tiveram parte do seu território estudados com o desenvolvimento de Projeto de Ação Integrada e de outros programas sob a responsabilidade da SEHAB. Os perímetros possuem como diretrizes a melhoria das condições de mobilidade urbana, a qualificação urbanística, suprir a carência por equipamentos e serviços públicos, a carência por áreas de lazer e o saneamento ambiental. O perímetro ID 37 | Heliópolis Ampliado inclui ainda a diretriz de integração dos equipamentos e empreendimentos habitacionais existentes no entorno e ao sistema de transportes, qualificação e diferenciação de rotas e a promoção do controle social, preservação e recuperação de áreas verdes e a promoção de projetos de estímulo ao desenvolvimento econômico da região como seria a OUCBT.

As ações previstas para este perímetro no Programa de Metas 2019-2020 contribuem parcialmente para estes objetivos pois estão previstas a provisão de unidades

habitacionais e a regularização fundiária de algumas áreas ocupadas, como também existe a previsão de implantação do programa de inclusão digital por meio da disponibilização do serviço público de acesso à internet por *Wifi*, a reforma de unidades de saúde e a implantação de ciclovia na fronteira norte do território. Ao mesmo tempo pode-se perceber que ainda o enfrentamento dos problemas urbanos existentes neste território demanda uma série de ações que não estão contempladas e que poderão ser efetivadas por meio da implementação da OUCBT.

Da mesma forma o perímetro ID 36 | PAI Meninos I Ampliado não tem suas diretrizes enfrentadas tendo em vista a complexidade do território e que as ações previstas contemplam apenas a reforma de equipamentos de saúde, a implantação de uma ciclovia perimetral, a requalificação de passeios no entorno de um dos equipamentos e a disponibilização do programa de inclusão digital por meio da disponibilização do serviço público de acesso à internet por *Wifi* o que não será suficiente para reverter o quadro de vulnerabilidade existente neste conjunto de perímetros.

O perímetro ID 38 | Tancredo Neves compreende o entorno da avenida que denomina o perímetro e estabelece a conexão entre as rodovias Imigrantes e Anchieta. O entorno do seu território possui uma série de espaços subutilizados e grande oferta de infraestrutura instalada.

As diretrizes deste perímetro procuram viabilizar o eixo de estruturação e transformação urbana previsto pelo PDE 2014 para este perímetro por meio da promoção do adequado aproveitamento dos espaços ociosos, da promoção de melhorias urbanísticas e viárias e a solução dos problemas de drenagem.

Parte dessas diretrizes são contempladas por ações previstas pelo Programa de Metas 2019-2020 que prevê intervenções no sistema de drenagem do perímetro com o objetivo de ampliar a capacidade de escoamento de águas pluviais, a requalificação de calçadas na rua Vergueiro, importante eixo de alimentação desta avenida e com presença relevante de atividades comerciais, além da reforma e adequação de equipamento cultural e a implantação de um relevante sistema de ciclovias. Embora as obras de qualificação urbanística previstas dialoguem com as diretrizes, elas ainda estão concentradas em uma área que já possui atividade econômica relevante e poderiam ser mais distribuídas como forma de promover uma melhor circulação de pedestres em outras vias com espaços ociosos.

As intervenções que possuem maior potencial para estimular a transformação do perímetro são as relevantes obras de drenagem previstas que tendem a enfrentar os problemas de alagamentos recorrentes de forma adequada. Outro perímetro que tem

como diretrizes a efetivação da transformação e estruturação previstas pelo PDE 2014 é o perímetro ID 74 | Conexões Metropolitanas que já analisamos anteriormente.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020

A maior parte das ações previstas pelo Programa de Metas 2019-2020 para a Subprefeitura do Ipiranga estão relacionadas a qualificação do espaço público, a estruturação de uma rede cicloviária e à melhoria de passeios e das condições de acesso aos equipamentos existentes e sua integração com os sistemas de transportes públicos.

Foram identificados três conjuntos de perímetros que se assemelham conforme as diretrizes definidas pelo Plano Regional da SPIP: (i) o conjunto de perímetros que procuram promover o potencial ambiental, turístico e cultural da região, (ii) o conjunto de perímetros que possuem diretrizes no sentido de reverter processos de exclusão social e (iii) o conjunto de perímetros que procuram promover a transformação e a estruturação urbana por meio de diretrizes para a promoção de atividades econômicas e melhorias viárias.

Devido a sobreposição de parte relevante deste território com a área de incidência de uma OUC prevista, ações fundamentais para a efetividade das suas diretrizes dependem do avanço na implementação deste grande projeto urbano.

3. Priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras

Esta seção apresenta a metodologia para a priorização dos Perímetros de Ação (PA) nos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos respectivos Perímetros de Ação e aplicada em reuniões realizadas nos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

As orientações a seguir pautaram os objetivos das Oficinas de Planejamento para a priorização dos PAs nos Planos Regionais de cada Subprefeitura

“...as discussões dos Núcleos Regionais de Planejamento tenderão a abordar quais intervenções previstas para 2020 adequam-se às diretrizes dos Planos Regionais e quais não se adequam – e esse registro terá a dupla finalidade de qualificar a intervenção prevista para 2020 que se inserem nos perímetros de ação e gerar, desde então, conteúdos para o ciclo participativo de planejamento a ser iniciado em 2021.”

Fonte: Documento de orientações para a condução das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento [Fonte: Documento Interno – Elaboração: SGM, out/19].

Com base nessas orientações, os Planos de Ação de cada uma das Subprefeituras refletirão o ano de 2020 e, também, o planejamento de ações para o ano de 2021, servindo também, como subsídio para discussão do futuro Programa de Metas 2021-2024.

O método aplicado ao estudo de cada Subprefeitura está estruturado em etapas, pertinentes e aplicáveis ao estudo de 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo nos respectivos NRPs, sendo essas etapas:

Etapas 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

Etapas 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios.

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs.

Etapas 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o PA 2020.

Etapas 5. Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs.

Adiante segue o detalhamento e orientações metodológicas para as Etapas acima definidas.

Etapa 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

A formulação da Cesta de Critérios para análise e priorização dos Perímetros de Ação nos Planos Regionais, é baseada nas orientações e na estratégia de ordenamento territorial do PDE 2014, referenciada no Art. 8º, do Título II, Capítulo I - da Estruturação e Ordenação Territorial, conforme destaca-se a seguir:

Art. 8º: Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

*I - a **dimensão social**, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais; (destaque nosso)*

*II - a **dimensão ambiental**, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município;*

*III - a **dimensão imobiliária**, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados à moradia e ao trabalho;*

*IV - a **dimensão econômica**, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda;*

*V - a **dimensão cultural**, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos.*

Art. 9º A estratégia territorial do Plano Diretor, na perspectiva de observar de maneira equilibrada as dimensões definidas no artigo anterior e, ainda, os princípios, diretrizes e objetivos da Política Urbana, estrutura-se a partir dos seguintes elementos (grifo nosso):

*I - **macrozonas e macroáreas**, áreas homogêneas que orientam, ao nível do território, os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais;*

*II - **rede de estruturação e transformação urbana**, onde se concentram as transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, composta pelos seguintes elementos estruturadores do território:*

*a) **macroárea de Estruturação Metropolitana**, que tem um papel estratégico na reestruturação urbana no Município por apresentar grande potencial de transformação urbana, que precisa ser planejado e equilibrado;*

*b) **rede estrutural de transporte coletivo**, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana, ao longo da qual se propõe concentrar o processo de adensamento demográfico e urbano e qualificar o espaço público;*

*c) **rede hídrica e ambiental** constituída pelo conjunto de cursos d'água, cabeceiras de drenagem e planícies aluviais, de parques urbanos, lineares e naturais, áreas verdes significativas e áreas protegidas e espaços livres, que constitui o arcabouço ambiental do Município e desempenha funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;*

*d) **rede de estruturação local**, que articula as políticas públicas setoriais no território indispensáveis para garantir os direitos de cidadania e reduzir a desigualdade socio territorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.*

Parágrafo único. *Fica o território do Município de São Paulo dividido nas seguintes macrozonas, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas, conforme Mapas 1 e 2, anexos ao PDE 2014:*

I - Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

II - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental

A Cesta de Critérios referenciada no PDE 2014 visa uniformizar os parâmetros de análise dos Perímetros de Ação em cada Subprefeitura, para fins de priorização, conforme os critérios a seguir.

1. Estruturação e Transformação Urbana Local: As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas Diretrizes do PDE 2014 incidentes no território da Subprefeitura. Sem esgotar todas as proposições de estruturação urbana e ambiental do PDE, a análise está voltada a presença das seguintes questões:

- Propostas e intervenção ou obra estruturante; intervenções planejadas;
- Centralidades a serem criadas, potencializadas e/ou qualificadas;
- Inserção em Macroárea (s): Exemplo: Macrozonas e Macroáreas. Tipo de Macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM.
- Inserção em Eixos de Estruturação da Transformação Urbana - EETU;
- Implantação de sistema de transporte: Metrô, Corredor de ônibus, trem, Terminais de transporte entre outros; Grandes Equipamentos Urbanos.

2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a vulnerabilidade social expressas nas propostas de inclusão social do PDE 2014. O maior exemplo é a presença no território de tipologias de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, bem como aspectos relacionados a produção de habitação social, regularização fundiária, e equipamentos de interesse social (saúde, educação, assistência social, cultura e outros), e unidades territoriais com indicadores de vulnerabilidade social, como o Índice Paulista Vulnerabilidade Social – IPVS, e outros indicadores referenciados no IBGE, SEADE e Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO).

3. Economia Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da economia local/regional, expressas nas diretrizes do PDE 2014 voltadas a dinamização econômica. Destacam-se a presença de Zonas de Desenvolvimento Econômico - ZDE, Zonas Predominantemente Industrial – ZPI, Territórios de Interesse Cultural; áreas com potencial para o Turismo, de estímulo à Produção de Agricultura tradicional e/ou objeto de transformação para agricultura orgânica a exemplo do Projeto Ligue os Pontos, grande presença de imóveis subutilizados, entre outros.

4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a carência de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana no território. A exemplo de rede de água e esgotos, sistemas de tratamento de resíduos ou sanitários, iluminação pública, calçamento e pavimentação viária, espaços públicos, entre outros.

5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento:

Refere-se a possibilidade de obtenção de recursos de fundos de financiamento urbano, ambiental, habitacional ou de saneamento básico com recursos governamentais “carimbados” a exemplo do FUNDURB; FMSAI; FEMA; Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo, entre outros.

6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a importância ambiental dos recursos naturais presentes no território, regulamentadas como unidades de conservação ou não, e que contribuam para ampliar a resiliência urbana ao clima e a manutenção e produção de serviços ambientais de interesse para a qualidade urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana. Em contrapartida, também são valorizados nesse quesito aspectos relacionados a vulnerabilidade ambiental e social, tais como, presença de áreas contaminadas, áreas de risco de escorregamento ou de inundação, fragilidades ambientais e ocorrências naturais especiais (paisagens notáveis, depressões, solos frágeis entre outras).

7. Mobilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da mobilidade urbana e do transporte sustentável. Embora estejam correlacionados a transformação urbana no item 1 da cesta de critérios, a presença ou implantação proposta de sistemas de transportes valorizam e potencializam o território em relação a melhoria da qualidade de vida, sendo também objeto de valorização. Destaca-se a presença ou travessia do território por corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, sistemas especiais de transporte, viário e hidroviário e ferroviário, ciclovias, terminais modais e intermodais e outras modalidades de transporte ativo. As diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana 2015 são também importantes para subsidiar essa análise.

8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas ao conhecimento da demanda local por soluções urbanas nos diferentes territórios e PAs das Subprefeituras, pelos gestores locais pautados nas reivindicações da sociedade local. Além da pontuação específica esse quesito é também considerado um elemento

chave para as decisões sobre a priorização dos Perímetros de Ação e seu reflexo no Programa de Metas, conforme a seguir discutido.

Refere-se a análise realizada pela Subprefeitura sobre a avaliação da importância do PA para a gestão urbana participativa, baseada nas demandas apresentadas pela população local no dia a dia da Subprefeitura.

Etapa 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios

Para a análise dos Perímetros de Ação foi proposto um método de pontuação com base na Cesta de Critérios, consolidado em uma Planilha de Avaliação e Pontuação de PAs para cada Plano Regional.

O método de Pontuação dos Perímetros do PRS é baseado na Cesta de Critérios proposta na Etapa 1, com o detalhamento de alguns subitens para viabilizar uma avaliação mais expedita dentro do prazo estabelecido para a execução dessa atividade.

A pontuação adotada segue o modelo binário, atribuindo-se o valor 1 (um) para o atendimento do critério de análise proposto (sim), ou o (zero) para o não atendimento do critério de análise (não).

Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS PERÍMETROS DE AÇÃO	PONTUAÇÃO	
	Sim	Não
1. Estruturação e Transformação Urbana Local: Consta no PDE 2014 como intervenção/obra estruturante e intervenções planejadas? Tem centralidades a serem potencializadas e/ou qualificadas? Está inserido em qual (ais) Macroárea (s)? Está em Eixos de Estruturação Urbana?	1	0
2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social: ZEIS?	1	0
3. Economia Urbana Local: Contribui com a economia local? ZDE; ZPI? Turismo, Ligue os Pontos, outros.	1	0
4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos: Tem carência de equipamentos e serviços?	1	0
5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento: Existência de projetos com recursos “carimbados” FUNDURB; FMSAI; FEMA; SABESP - Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo.	1	0
6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana: Quesitos que contribuam para ampliar a resiliência urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana; Contaminação do Solo; Áreas de Risco.	1	0
7. Mobilidade Urbana: Previsão ou execução de corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, ciclovias, terminais modais e intermodais e modalidades de transporte ativo.	1	0
8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil: Pontuação pela equipe do Núcleo Regional de Planejamento.	1	0
Pontuação dos Perímetros		

Elaboração: Consultores UNESCO.

No final da análise é realizada uma somatória de pontos atribuídos ao Perímetro de Análise, de forma a valorar sua importância para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Dessa forma obtém-se a seleção dos Perímetros de Ação (PA) com maior importância para a elaboração do Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 e/ou para os próximos ciclos de planejamento.

Detalhamento da análise para os Próximos Ciclos de Planejamento

Alternativamente, foi proposto por PLANURBE-SMDU um modelo que aprofunda o detalhamento da metodologia em priorização dos perímetros de cada PRS analisados com base na cesta de critérios, porém, com a possibilidade de um levantamento mais detalhado de informações e indicadores, para a aplicação dos itens de análise de cada um dos itens da cesta de critérios para priorização dos PAs em cada Plano Regional das Subprefeituras.

Em função da exigência de aprofundamento dos levantamentos e da exiguidade dos prazos optou-se por indicar essa proposta para os próximos ciclos de planejamento, com vistas a formulação de um modelo de pontuação aplicável a qualquer período futuro de planejamento, por exemplo 2021-2024. (**Vide Planilha de Pontuação Detalhada no Roteiro Metodológico – Anexo 1**).

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs

A partir das orientações da Etapa 2, a pontuação dos Perímetros de Ação é obtida com a aplicação de Fatores de Ponderação pactuados para a priorização de PAs junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

Esses fatores de ponderação são aplicados em associação à Cesta de Critérios. Foi definida uma forma de ponderação dos resultados baseada em três itens de análise por fator de ponderação, análise com potencial multiplicador sobre a pontuação obtida pela análise do Perímetro de Ação. Os fatores de ponderação são os apresentados a seguir.

1. Relevância do Projeto (meta ou ação proposta) no Plano de Metas 2019-2020.

Refere-se a avaliação da relevância do projeto proposto para atingir as diretrizes previstas para o respectivo **Perímetro de Ação**.

RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA O PA			
Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	
1	2	4	Fator de Multiplicação

2. Situação do projeto definido pela meta ou ação. Refere-se ao estágio de desenvolvimento do projeto, obra ou atividade avaliado para sua implantação.

Projetos ou ações previstas pelo PDE 2014, pelo Programa de Metas 2019-2020, e pelas secretarias municipais foram avaliados em termos de: *fase de planejamento, em execução, ou executado*. Adotou-se como referência a territorialização do Programa de Metas e as informações georreferenciadas elaboradas para a 2ª Rodada de Oficinas dos Núcleos Regionais de Planejamento, realizada em dezembro de 2019. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 foi realizada a partir das informações organizadas por PLANURBE-SMDU, coletadas junto às secretarias municipais até a realização das reuniões em 19 de fevereiro de 2020. Essas informações foram apresentadas na base cartográfica elaborada para os Planos Regionais das Subprefeituras.

ESTÁGIO DO PROJETO			
Em Planejamento	Executado	Em execução	
1	2	4	Fator de Multiplicação

Ao final dessa análise e respectivas pontuações são apresentados os resultados da priorização final obtida para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020, bem como as recomendações para os ciclos subsequentes de planejamento urbano.

Etapa 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o Plano de Ação 2020.

Conforme o Art. 9º do Decreto nº 57.537/2016, os Planos de Ação de cada Subprefeitura têm por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais. No seu § 1º, definiu-se que os Planos de Ação terão os seguintes conteúdos:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por cada secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

Destaca-se ainda o definido no § 2º:

“Todas as intervenções públicas no território, mesmo as não previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras, devem ser previamente informadas aos Núcleos Regionais de Planejamento para sua consideração”.

Dessa forma recomenda-se considerações sobre os resultados obtidos na priorização dos PAs, indicando as lacunas existentes em relação a PAs considerados prioritários, mas não atendidos no Programa de Metas 2019-2020.

As informações orçamentárias fizeram parte das informações consolidadas na base de informação para a análise e priorização, sendo um ponto de aperfeiçoamento no levantamento de informações para a elaboração dos próximos Planos de Ação.

Nas considerações finais deverão ser destacados PAs com importância para a efetivação dos objetivos e diretrizes gerais do Plano Regional, mas não atendidos integralmente pelo Programa de Metas 2019-2020. Nesse caso, esses PAs deverão ser apontados com as possíveis alternativas de financiamento pelas opções de fundos de financiamento municipais e governamentais existentes, e/ou possíveis revisões orçamentárias durante os exercícios, e/ou inclusão nos exercícios de 2021 a 2024.

Etapa 5 – Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs

Neste item orienta-se a apresentação dos resultados esperados e sintetizados com a respectiva justificativa da Priorização dos PAs para cada Subprefeitura, a partir da sistematização da análise realizada na 2ª Rodada dos NRPs. São:

- **Priorização dos Perímetros de Ação**, onde descreve-se os PAs priorizados acompanhados das respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.
- **Considerações Finais e apresentação do Quadro Síntese de Justificativas** da seleção dos Perímetros de Ação.

O resultado da Priorização dos PAs fornece os primeiros contornos para a elaboração dos Planos de Ação 2020. Esse resultado definiu o conteúdo para as audiências públicas realizadas no período 03/02/2020 a 19/02/2020 com os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, sustentando a discussão sobre os Planos de Ação da Subprefeitura.

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura do Ipiranga

Aplicando-se a metodologia acima apresentada chegou-se à sugestão de priorização dos perímetros para o Plano de Ação da Subprefeitura do Ipiranga exposta a seguir:

A sugestão de priorização prévia dos Perímetros de Ação da Subprefeitura do Ipiranga foi realizada junto aos técnicos da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU) e membros do Núcleo Regional de Planejamento (NRP) durante a segunda rodada de oficina realizada no dia 04 de dezembro de 2019.

O Plano Regional da SPIP é constituído de 11 Perímetros de Ação: ID 30 | Av. Ricardo Jafet e Abraão de Moraes; ID 31 | Aquário; ID 32 | Pefi: Jd. Botânico - Zoo Safári; ID 33 | Pq. Independência e Museu de Zoologia; ID 34 | Rio Tamanduateí; ID 35 | Córrego Jaboticabal; ID 36 | Pai Meninos I Ampliado; ID 37 | Heliópolis Ampliado; ID 38 | Tancredo Neves; ID 39 | Metrô Santos-Imigrantes; ID 74 | Conexões Metropolitanas.

A partir da análise realizada conforme os critérios definidos, foram selecionados 4 PAs prioritários, dos quais 3 foram analisados de forma conjunta tendo em vista suas características e objetivos comuns. São os perímetros **ID 31 | Aquário, ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári e ID 33 | Pq. Independência e Museu De Zoologia.**

Esta seleção ocorreu de forma a atender às principais diretrizes estabelecidas no Caderno⁶ de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga, o que resultou na seguinte ordem de priorização desses Perímetros de Ação: **(1) ID 37 | Heliópolis Ampliado; (2) ID 31 | Aquário, ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári e ID 33 | Pq. Independência e Museu De Zoologia.**

Descreve-se a seguir os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização. As metas 2019-2020 que incidiram nesses 04 Perímetros de Ação foram espacializadas e podem ser visualizadas nos mapas do **Anexo 02**, referentes à segunda rodada de oficina do NRP.

1. A favela de Heliópolis e seu entorno imediato configuram o perímetro de ação ID 37 | Heliópolis Ampliado. Ela é uma das maiores favelas da cidade de São Paulo, e concentra uma diversidade de precariedades e demandas de ações para melhoria da infraestrutura, melhoria das condições de moradia, de mobilidade e acessibilidade e

⁶ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação – Ipiranga: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/QA-IP.pdf>

ampliação da rede de equipamentos públicos tendo em vista a concentração de população em vulnerabilidade social. Outra diretriz importante para o perímetro envolve a promoção de ações indutoras do desenvolvimento econômico local e ações para promoção de solução habitacional e regularização fundiária. Este perímetro está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) e é um perímetro no qual é prevista a aplicação do instrumento urbanístico Operação Urbana Consorciada (OUC) que possui regulamentação em tramitação no legislativo municipal.

2. O conjunto de perímetros ID 31 | Aquário, ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári e ID 33 | Pq. Independência e Museu De Zoologia constituem uma centralidade cultural e científica macrometropolitana e concentram equipamentos culturais e de lazer de relevância e atividades não residenciais e, conjuntamente, constituem um circuito turístico e zoobotânico.

2.1. A demanda por maior acessibilidade e integração entre a rede de transporte público e a centralidade representada pelo Aquário de São Paulo é o que caracteriza o perímetro **ID 31 | Aquário**.

2.2. O circuito de turismo zoobotânico é também composto pelo perímetro **ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári** onde se localiza o Parque Estadual Fontes do Ipiranga (PEFI), ou Parque do Estado e uma série de equipamentos e áreas de lazer e pesquisa e de relevância ambiental. As diretrizes para este perímetro promovem a integração dos equipamentos com a rede de transporte público.

2.3. Completa esse circuito o perímetro de ação **ID 33 | Pq. Independência e Museu De Zoologia**, que concentra outro conjunto de equipamentos de interesse histórico, cultural e científico, e que tem diretrizes com o objetivo de consolidar este conjunto e explorar seu potencial turístico. Este território também está inserido no perímetro previsto para a aplicação do instrumento urbanístico Operação Urbana Consorciada (OUC) que possui regulamentação em tramitação no legislativo municipal.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação

Durante a 2ª Rodada de Oficinas, o Núcleo Regional de Planejamento pré-selecionou os 04 perímetros de ação enquanto prioritários. Esses 04 perímetros de ação foram apresentados para validação dos representantes do Conselho Municipal Participativo e Sociedade Civil, com o objetivo de ampliar a discussão, colher propostas e sugestões. Esse resultado também visa a contribuir na elaboração do Programa de Metas 2021-2024.

O **Quadro 05** apresenta uma síntese dos critérios que determinaram a classificação e priorização dos perímetros de ação da SPIP.

Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.

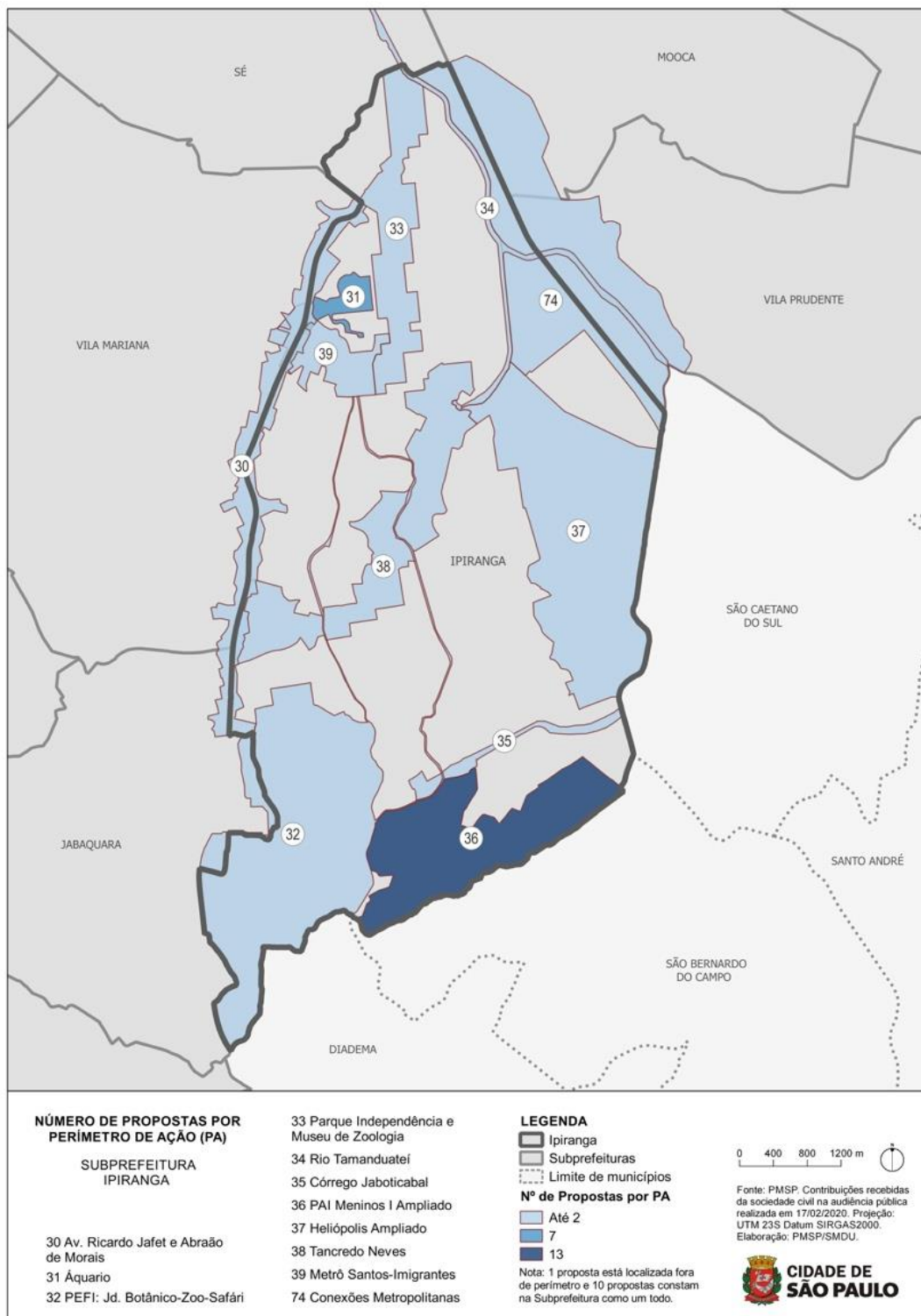
Perímetro de Ação	Critérios de seleção do Perímetro de Ação
ID 37 HELIÓPOLIS AMPLIADO	Presença de ocupações irregulares e ocupações precárias; Demanda por melhorias de infraestrutura e da rede de equipamentos; Vulnerabilidade Social.
ID 31 AQUÁRIO	Equipamentos culturais e científicos; demanda por melhorias urbanas e de acesso.
ID 32 PEFI: JD. BOTÂNICO - ZOO SAFÁRI	Equipamento de lazer, culturais e científicos; Equipamentos culturais e científicos; demanda por melhorias urbanas e de acesso.
ID 33 PQ. INDEPENDÊNCIA E MUSEU DE ZOOLOGIA	Centralidade; Demanda por melhorias urbanas e de acesso; Operação Urbana Consorciada.

Elaboração: Consultores Unesco.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta de forma sistematizada as contribuições da sociedade na consulta pública realizada no dia 17 de fevereiro de 2020, uma síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal, a pertinência da proposta para o Plano de Ação e as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas/ propostas dos munícipes. Apresenta, também, as propostas para o Plano de Ação a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.*



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

* **Mapa 2** é apresentado em formato A3 por **Anexo 02**.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública

O estudo das contribuições da sociedade inclui informações sobre (a) proposta, (b) Perímetro de Ação (PA), e (c) classificação da proposta.

A relação estabelecida entre (a) propostas e (b) Perímetro de Ação foi aprimorada por consultores UNESCO, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Governo Municipal (SGM). A classificação das propostas é estabelecida do seguinte modo: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria.

Na classificação no item (i) **investimentos** nos referimos a propostas que remontam a despesas de capital, e significam a ampliação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais nas Subprefeituras, com vistas a atender necessidades existentes. Na classificação no item (ii) **gestão e monitoramento urbano** nos referimos a estratégias de administração do uso das infraestruturas e serviços públicos, por exemplo gestão de concessão de ônibus, gestão de equipamentos de saúde e educação, e de controle e fiscalização por parte da administração pública, tal como fiscalização sanitária dos comércios. Em (iii) **planos, diretrizes e estudos urbanos**, nos referimos a propostas que ainda demandam algum tipo de avaliação de viabilidade técnica e que, inclusive, se relacionam a planos e estudos já existentes e/ou em andamento. As propostas de (iv) **zeladoria** se referem à manutenção e conservação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais, que contribuam com a melhoria da qualidade de vida, e em geral remontam na aplicação das despesas de custeio pela administração pública.

Por fim, também se definiu uma coluna no **Quadro 6** contendo a análise da “**pertinência**” da demanda apresentada ao Plano de Ação da Subprefeitura. O conceito de pertinência utilizado sintetiza se a demanda apresentada se integra ao processo de planejamento, ao Plano Regional e ao Plano de Ação da Subprefeitura. Caso não seja considerada “pertinente ao Plano de Ação”, a proposta da sociedade civil deverá ainda ser encaminhada a outras esferas de administração da Prefeitura, por exemplo: limpeza de terreno, que é uma atividade de zeladoria e de rotina da Subprefeitura, não necessita estar no Plano de Ação.

A Subprefeitura do Ipiranga recebeu 34 contribuições / propostas da sociedade civil. Essas são apresentadas adiante, organizadas de acordo com os respectivos Perímetros de Ação.

Foram ainda identificados pela SGM-PMSP os setoriais municipais responsáveis para avaliação e possível atendimento das propostas. Em seguida são apresentados as análises e o posicionamento pelos setoriais municipais sobre as propostas a eles afetas. Por fim, é analisada pelo consultor a pertinência das propostas para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

Verificou-se que há propostas genéricas e que não encontram correspondência clara com territórios específicos da Subprefeitura. Neste caso, elas foram tratadas de modo genérico, com implicações sobre todo o território da Subprefeitura. Essas propostas também foram classificadas, em acordo com sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura.

Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura do Ipiranga.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Múncipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁷	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
1.	36 Pai Meninos I ampliado	Mobilidade	Melhoria na Mobilidade urbana (Acessibilidade)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
2.	36 Pai Meninos I ampliado	Espaço cultural - criação	Oferta de equipamento de cultura	Investimento	05 - Cultura	Sim
3.	36 Pai Meninos I ampliado	Espaço de esporte e lazer - criação	Oferta de equipamento de Esporte e lazer	Investimento	10 - Esportes e Lazer	Sim
4.	36 Pai Meninos I ampliado	Av. Ourives - Adequação, adaptação de calçadas	Melhoria na Mobilidade urbana (Acessibilidade)	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
5.	36 Pai Meninos I ampliado	Implantação de Parque	Implantação de parque	Investimento	28 - Verde e Meio Ambiente	Sim

⁷ A coluna “Proposta Múncipe” é de elaboração da Secretaria de Governo Municipal. O corpo técnico responsável pela sistematização das propostas da sociedade civil optou pela transcrição *ipsis litteris*. De modo a preservar o esforço de transcrição literal da administração municipal, mantemos a transcrição *ipsis litteris*. Isso implica reprodução de possíveis erros de ortografia.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁷	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
6.	36 Pai Meninos I ampliado	Implantação de Posto de Saúde - Região Ourives	Oferta de equipamento de saúde	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
7.	31 Aquário	Projeto de moradia de aspecto social	Resolução questão habitacional (Provisão)	Investimento	14 - Habitação	Sim
8.	31 Aquário	Construção de Hospital Dia/Noite	Oferta de equipamento de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
9.	31 Aquário	Projeto urbanístico: ciclovias, faixa de sinalização	Qualificação do Espaço Público e oferta de infraestrutura cicloviária	Investimento e zeladoria	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
10.	31 Aquário	Implantação de Wifi gratuito	Oferta de infraestrutura e de serviço público	Investimento	16 - Inovação e Tecnologia	Não
11.	31 Aquário	Abertura de escolar para lazer aos finais de semana	Gestão de serviço público	Gestão e monitoramento urbano	09 - Educação	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁷	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
12.	31 Aquário	Inclusão de pessoas com deficiência física	Gestão de serviço público e Qualificação do Espaço Público	Gestão e monitoramento urbano Investimento e zeladoria	20 - Pessoa com Deficiência	Não
13.	31 Aquário	Saneamento básico	Oferta de Infraestrutura de coleta de esgoto e tratamento de esgoto e de drenagem urbana	Investimento	14 - Habitação	Sim
14.	36 Pai Meninos I ampliado	Melhoramento das calçadas	Melhoria na Mobilidade urbana (Acessibilidade)	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
15.	36 Pai Meninos I ampliado	Melhoramento da AMA/UBS Aurelio Mellone	Oferta de equipamento de saúde e manutenção de equipamento público	Zeladoria Investimento	24 - Saúde	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁷	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
16.	36 Pai Meninos I ampliado	Melhoramento do Parque Bristol	Manutenção do espaço público e do sistema de áreas verdes	Zeladoria	28 - Verde e Meio Ambiente	Não
17.	36 Pai Meninos I ampliado	Criação de equipamentos de cultura	Oferta de equipamento de cultura	Investimento	05 - Cultura	Sim
18.	36 Pai Meninos I ampliado	Criação de equipamentos de lazer	Implantação de equipamento público de esporte e lazer	Investimento	10 - Esportes e Lazer	Sim
19.	Toda Subprefeitura	Fazer valer e fiscalizar o usos de calçadas e construção em calçadas por estabelecimentos comerciais, em especial, bares	Melhoria na Mobilidade urbana (Acessibilidade) e gestão de serviço público	Gestão e monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
20.	Toda Subprefeitura	Planejar o uso das praças, pois se falou muito em praças e o que se vê hoje é que as mesmas são de uso de mendigos e pessoas que usam drogas e não de todos os cidadãos	Gestão de serviço público Manutenção do espaço público e do sistema de áreas verdes	Gestão e monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁷	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
21.	38 Tancredo Neves	Cuidar do espaço remanescente da Rua Orfília, onde a área verde está sendo mal ocupada, com invasões e construções irregulares, árvores cortadas, área verde abandonada. Sugestão: construir um cachorródromo ou readequar área verde com equipamentos de ginástica	Manutenção do espaço público e do sistema de áreas verdes	Investimento e zeladoria	26 – Subprefeituras 10 - Esportes e Lazer	Sim
22.	36 Pai Meninos I Ampliado 37 Heliópolis Ampliado 74 Conexões Metropolitanas 34 Rio Tamanduateí Fora de perímetro	Mobilidade: ligar Liveiro x Arapuá; ligar V. Carioca x Av. Estado	Melhoria na Mobilidade urbana e ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
23.	35 Córrego Jaboticabal 36 Pai Meninos I Ampliado	Implantar Parque linear Mirassol-Jaboticabal e Parques Ourives Arapuá-Heliópolis	Manutenção do espaço público e do sistema de áreas verdes	Investimento	28 - Verde e Meio Ambiente	Sim
24.	Toda Subprefeitura	Implantar 3 novas UBS na região da subprefeitura	Oferta de equipamentos de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁷	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
25.	30 Av. Ricardo Jafet e Abraão de Moraes 33 Parque Independência e Museu de Zoologia 39 Metrô Santos-Imigrantes	Implantar ciclovias na Ricardo Jafet	Qualificação do Espaço Público e oferta de infraestrutura cicloviária	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
26.	Toda Subprefeitura	Implantar usina de reciclagem	Oferta de Infraestrutura de apoio à coleta de resíduos e tratamento de resíduos recicláveis	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
27.	32 Pefi: Jd. Botânico/ Zoo/Safári	Implantar dentistas nas UBS que façam implantes dentários	Gestão de serviço público e ampliação da oferta de serviços de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
28.	Toda Subprefeitura	Requalificação do sistema viário	Melhoria em espaço público e manutenção de asfalto nas vias)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁷	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
29.	Toda Subprefeitura	Rede estrutural hídrica ambiental - áreas de riscos	Manutenção de infraestrutura de drenagem urbana	Investimento	25 - Segurança Urbana 14 - Habitação	Sim
30.	Toda Subprefeitura	Parques e áreas verdes (caminhos verdes, parques lineares)	Manutenção do espaço público e do sistema de áreas verdes	Investimento	28 - Verde e Meio Ambiente	Sim
31.	Toda Subprefeitura	Polos de centralidades	Gestão de serviço público	Gestão e monitoramento urbano	07 - Desenvolvimento Urbano 06 - Desenvolvimento Econômico	Sim
32.	37 Heliópolis Ampliado	Habitações - 76 favelas, a maior - do Heliópolis (120 mil pessoas)	Urbanização de favela e resolução da questão habitacional (Provisão)	Investimento	14 - Habitação	Sim
33.	Toda Subprefeitura	Equipamentos sociais	Oferta de equipamentos sociais	Investimento	01 - Assistência Social	Sim
34.	Toda Subprefeitura	Acessibilidade - Calçadas em degraus	Melhoria na Mobilidade urbana (Acessibilidade)	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas

As propostas apresentadas para a Subprefeitura do Ipiranga são de competência de 15 secretarias municipais, conforme **Quadro 7**. Algumas propostas foram encaminhadas para a avaliação de mais de uma secretaria municipal.

Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.

Setorial municipal	Contagem de Propostas por setorial municipal
26 - Subprefeituras	06
19 - Mobilidade e Transportes	06
24 - Saúde	04
14 - Habitação	04
28 - Verde e Meio Ambiente	04
10 - Esportes e Lazer	03
05 – Cultura	02
07 - Desenvolvimento Urbano	02
16 - Inovação e Tecnologia	01
09 - Educação	01
20 - Pessoa com Deficiência	01
25 - Segurança Urbana	01
15 - Infraestrutura e Obras	01
06 - Desenvolvimento Econômico	01
01 - Assistência Social	01

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

As propostas foram encaminhadas pela Secretaria de Governo Municipal aos setoriais competentes. A posição dos setoriais esteve orientada pelos seguintes itens (i) proposta; (ii) devolutiva; (iii) justificativa devolutiva. Nem todos os setoriais apresentaram suas devolutivas, ou a devolutiva para todas as propostas. As posições dos setoriais sobre as propostas foram sistematizadas e organizadas em acordo com os Perímetros de Ação pelos consultores UNESCO, demonstradas pelo **Quadro 8**.

Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura do Ipiranga⁸.

Perímetro de Ação	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
36 Pai Meninos I ampliado	Mobilidade	SMT	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	No Programa de Metas, dentro da Subprefeitura de Ipiranga, há previsão de implantação de novas ciclovias/ciclofaixas, como a Cursino; Pe. Arlindo Vieira; Miguel Estéfano; Juntas Provisórias; Presidente Tancredo Neves, entre outras.
36 Pai Meninos I ampliado	Espaço cultural - criação	SECULT	Demanda inviável	A criação de novos equipamentos culturais nesta região não está, neste momento, contemplada no planejamento e orçamento desta secretaria. Lembramos que a região conta com a Casa de Cultura do Ipiranga que recebe periodicamente atividades culturais através desta secretaria. A Biblioteca Pública Municipal Roberto Santos é localizada no Distrito do Ipiranga, opção de lazer, informação, leitura e cultura para todas faixas etárias.

⁸ A coluna “Proposta Munícipe” é de elaboração da Secretaria de Governo Municipal. O corpo técnico responsável pela sistematização das propostas da sociedade civil optou pela transcrição *ipsis litteris*. De modo a preservar o esforço de transcrição literal da administração municipal, mantemos a transcrição *ipsis litteris*. Isso implica reprodução de possíveis erros de ortografia.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
36 Pai Meninos I ampliado	Espaço de esporte e lazer - criação	SEME	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
36 Pai Meninos I ampliado	Av. Ourives - Adequação, adaptação de calçadas	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	O trecho compreendido entre Av dos Ourives 710 e Rua Giovanni da Conegliano, está recebendo reformas realizadas pelas construtoras responsáveis pelos empreendimentos imobiliários que estão sendo edificados na Av. dos Ourives.
36 Pai Meninos I ampliado	Implantação de Parque	SVMA	Demanda não inteligível ou genérica	Para a Subprefeitura do Ipiranga estão previstas a ampliação do Parque Independência (em implantação) e a implantação do Pq. Jaboticabal (em planejamento).

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
36 Pai Meninos I ampliado	Implantação de Posto de Saúde - Região Ourives	SMS	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Atualmente, a subprefeitura Ipiranga conta com 16 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e três Unidades Integradas (AMA/UBS), destas seis UBS e as três AMA/UBS estão sendo estudadas para realização de reforma em 2020. Além disso, a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território.
31 Aquário	Projeto de moradia de aspecto social	SEHAB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Há previsão de entrega de aproximadamente 600uh na Subprefeitura Ipiranga em 2020.
31 Aquário	Construção de Hospital Dia/Noite	SMS	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território. Além disso, consta no planejamento de 2020 a reforma da unidade de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) Sacomã, cujo funcionamento é 24h.
31 Aquário	Projeto urbanístico: ciclovias, faixa de sinalização	SMT	Demanda não inteligível ou genérica	

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
31 Aquário	Implantação de Wifi gratuito	SMIT	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	<p>Informamos que o Programa WiFi Livre SP tem como objetivo levar internet gratuita e de qualidade para as principais praças fomentando a inclusão digital e a apropriação do espaço público. Inicialmente contávamos com 120 pontos e estamos trabalhando na fase de expansão para levar internet gratuita para 624 localidades e disponibilizar Wifi em centros culturais, bibliotecas, centros desportivos e pontos turísticos, entre outros pontos de acesso. Na região da subprefeitura Ipiranga as localidades que já foram contempladas ou serão até dez/20 são:</p> <p>Concluída - Largo Santa Ângela Concluída - Parque da Independência Concluída - CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli Concluída - Praça Dirceu de Castro Fontoura Concluída - Biblioteca Castro Alves Concluída - CEU Parque Bristol Concluída - CEU Meninos Concluída - Biblioteca Roberto Santos Concluída - Subprefeitura do Ipiranga Concluída - Biblioteca Amadeu Amaral Até dez/2020 - AMA SACOMÃ Até dez/2020 - AMA/UBS Integrada Parque Bristol Até dez/2020 - AMA/UBS Integrada São Vicente De Paula Até dez/2020 - AMA/UBS Integrada Vila Moraes- João Paulo Botelho Vieira Até dez/2020 - CE Ipiranga (Balneário Carlos Nelli)</p>

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
				Até dez/2020 - CE Jd. Celeste (Balneário Mário Moraes) Até dez/2020 - CE Vila Carioca (Balneário Princesa Isabel) Até dez/2020 - CE Vila Independência (CEE Flavio Calabresi Conte) Até dez/2020 - Praça Flávio Xavier de Toledo Até dez/2020 - Praça José Augusto Velloso Até dez/2020 - Praça na Rua Embu de Heliópolis Até dez/2020 - Telecentro ACESSA UNAS Lagoa Até dez/2020 - Telecentro Núcleo Heliópolis Até dez/2020 - Telecentro Sacomã Até dez/2020 - Telecentro UNAS Até dez/2020 - Telecentro Vila Carioca
31 Aquário	Abertura de escolar para lazer aos finais de semana	SME	Demanda não concerne à Secretaria	Essa Divisão Pedagógica não tem autonomia para decidir quanto à abertura das Unidades Educacionais aos finais de semana e, até a presente data, não temos informação se alguma Unidade realiza tal ação
31 Aquário	Inclusão de pessoas com deficiência física	SMPED	Demanda não inteligível ou genérica	Não é possível transformar a demanda em ação. Ressaltamos que a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED atua de forma transversal, ou seja, uma secretaria meio que tem a missão promover o protagonismo da pessoa com deficiência e sua efetiva participação na sociedade.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
31 Aquário	Saneamento básico	SEHAB	Demanda não concerne à Secretaria	s/d
36 Pai Meninos I ampliado	Melhoramento das calçadas	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	"A Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais"
36 Pai Meninos I ampliado	Melhoramento da AMA/UBS Aurelio Mellone	SMS	Demanda não inteligível ou genérica	Não identificamos objetivamente como poderíamos contemplar a demanda.
36 Pai Meninos I ampliado	Melhoramento do Parque Bristol	SVMA	Demanda não inteligível ou genérica	Não foi possível localizar a área proposta.
36 Pai Meninos I ampliado	Criação de equipamentos de cultura	SECULT	Demanda inviável	A criação de novos equipamentos culturais nesta região não está, neste momento, contemplada no planejamento e orçamento desta secretaria. A Biblioteca Pública Municipal Roberto Santos é localizada no Distrito do Ipiranga, opção de lazer, informação, leitura e cultura para todas faixas etárias.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
36 Pai Meninos I ampliado	Criação de equipamentos de lazer	SEME	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
Toda Subprefeitura	Fazer valer e fiscalizar o usos de calçadas e construção em calçadas por estabelecimentos comerciais, em especial, bares	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	A subprefeitura vem realizando rotineiramente operações de fiscalização do uso do passeio por bares que estão em desacordo com a Lei nº 12.002/96, realizando a apreensão do mobiliário e aplicando as multas. O município pode solicitar a fiscalização através do portal SP156, por telefone, internet, aplicativo e nas praças de atendimento das Subprefeituras.
Toda Subprefeitura	Planejar o uso das praças, pois se falou muito em praças e o que se vê hoje é que as mesmas são de uso de mendigos e pessoas que usam drogas e não de todos os cidadãos	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	A proposta apresentada envolve diversas secretarias tais como Assistência Social, Segurança Pública, Saúde, Habitação, Planejamento e Subprefeituras. Destacamos que os serviços de manutenção (limpeza, corte de grama e poda de árvores) estão sendo realizados conforme planejamento da Subprefeitura. Por fim informamos que o município pode participar do planejamento das praças conforme Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
38 Tancredo Neves	Cuidar do espaço remanescente da Rua Orfília, onde a área verde está sendo mal ocupada, com invasões e construções irregulares, árvores cortadas, área verde abandonada. Sugestão: construir um cachorródromo ou readequar área verde com equipamentos de ginástica	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	A sugestão é exequível. Entretanto, a despesa não estava prevista para o orçamento de 2020. Deste modo, estudamos a inclusão da demanda na PLOA 2021.
		SVMA	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU, que está em elaboração.
		SEME	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
36 Pai Meninos I Ampliado 37 Heliópolis Ampliado 74 Conexões Metropolitanas 34 Rio Tamanduateí Fora de perímetro	Mobilidade: ligar Liveiro x Arapuá; ligar V. Carioca x Av. Estado	SMT	Demanda não concerne à Secretaria	Para manifestação prévia da SIURB (competência)
		SMDU	Demanda não concerne à Secretaria	Embora ambas as ligações estejam previstas em perímetros do Plano Regional da Subprefeitura Ipiranga, respectivamente Jaboticabal e Tamanduateí, não há previsão da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes nem da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras para ambos os locais no horizonte deste Plano de Ação.
		SIURB	Demanda não concerne à Secretaria	
35 Córrego Jaboticabal 36 Pai Meninos I Ampliado	Implantar Parque linear Mirassol-Jaboticabal e Parques Ourives Arapuá-Heliópolis	SVMA	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	
Toda Subprefeitura	Implantar 3 novas UBS na região da subprefeitura	SMS	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
30 Av. Ricardo Jafet e Abraão de Moraes 33 Parque Independência e Museu de Zoologia 39 Metrô Santos-Imigrantes	Implantar ciclovias na Ricardo Jafet	SMT	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	No Programa de Metas, há previsão de novas conexões cicloviárias na Av. Ricardo Jafet
Toda Subprefeitura	Implantar usina de reciclagem	SMSUB	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
32 Pefi: Jd. Botânico/ Zoo Safári	Implantar dentistas nas UBS que façam implantes dentários	SMS	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	O plano de ação das Subprefeituras foi construído com o foco no aprimoramento da infraestrutura e oferta de equipamentos de saúde nos distintos territórios, respeitadas suas especificidades e necessidades conforme perfil epidemiológico. Dessa forma, foram previstas neste instrumentos apenas as ações de investimento. As demandas relacionadas ao aprimoramento do funcionamento das unidades serão consideradas em outros instrumentos de planejamento para 2021.
Toda Subprefeitura	Requalificação do sistema viário	SMT	Demanda não inteligível ou genérica	
Toda Subprefeitura	Rede estrutural hídrica ambiental - áreas de riscos	SSU	Demanda não concerne à Secretaria	Embora, já são desenvolvidas ações integradas e planejadas envolvendo vários órgãos da administração com vistas a reorganização do espaço nas avenidas Almirante Delamare e Comandante Taylor.
		SEHAB	Demanda não concerne à Secretaria	Concerne à Secretaria de Segurança Urbana - Defesa Civil e à Subprefeitura do Ipiranga.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
Toda Subprefeitura	Parques e áreas verdes (caminhos verdes, parques lineares)	SVMA	Demanda não inteligível ou genérica	Para a Subprefeitura do Ipiranga estão previstas a ampliação do Parque Independência (em implantação) e a implantação do Pq. Jaboticabal (em planejamento).
Toda Subprefeitura	Polos de centralidades	SMDU	Demanda não inteligível ou genérica	A demanda é genérica, pois não apresenta uma pergunta ou indicação de perímetro de ação.
		SMDet	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A PMSP e SMDet estão elaborando o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, que irá identificar e as vocações econômicas e apoiar o desenvolvimento econômico do Município fundamentado nas realidades regionais, pelos próximos 10 anos. Nesse sentido, ações como a sugerida poderão ser incorporadas, caso os estudos as identifiquem como estratégicas para a região.
37 Heliópolis Ampliado	Habitações - 76 favelas, a maior - do Heliópolis (120 mil pessoas)	SEHAB	Demanda não inteligível ou genérica	
Toda Subprefeitura	Equipamentos sociais	SMADS	Demanda não inteligível ou genérica	Existe uma série de serviços socioassistenciais executados pela SMADS e a demanda não permite identificar a qual se refere.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autoria da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
Toda Subprefeitura	Acessibilidade - Calçadas em degraus	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	O Decreto Municipal nº 58.611, de 24 de janeiro de 2019 consolida os critérios para padronização das calçadas.

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. SGM. Informações atualizadas pela SGM em 17.08.2020. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública

Este item trata dos Perímetros de Ação priorizados, com vistas à elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura. Os Perímetros de Ação priorizados, a partir do atendimento as principais diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga⁹, são: **(1) ID 37 | Heliópolis Ampliado; (2) ID 31 | Aquário, ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári e ID 33 | Pq. Independência e Museu De Zoologia.**

A avaliação de propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021, a partir das propostas apresentadas pela sociedade civil, se desenvolve em torno dos seguintes elementos:

- (i) quando possível, e em acordo com os insumos fornecidos pelas secretarias municipais, tratar da viabilidade técnica e financeira das contribuições de sociedade civil;
- (ii) justificativas e recomendações a respeito das propostas da sociedade consideradas inviáveis ou pouco aderentes ao Plano de Ação da Subprefeitura;
- (iii) relação entre propostas da sociedade civil, diretrizes apresentadas por PRS e Programa de Metas 2019-2020;
- (iv) inserção de propostas no Plano de Ação da Subprefeitura;
- (v) recomendações para o próximo ciclo de planejamento, quando pertinente.

A análise das propostas foi organizada por Perímetro de Ação prioritários, conforme apresentada a seguir.

1 - PERÍMETRO ID 37 | HELIÓPOLIS AMPLIADO

Os **objetivos** para esse Perímetro de Ação, tal como apresentados no Plano Regional são:

⁹ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras disponíveis em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>. Portal eletrônico consultado em abril de 2020.

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de educação e de assistência social;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua, a população usuária de drogas e a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao comércio, os vinculados ao transporte público e os vinculados às centralidades;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Implantar os parques planejados;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água, das encostas e revitalização de áreas degradadas e contaminadas;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais (drenagem);
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Melhorar a segurança pública local.

As **diretrizes** para esse Perímetro de Ação, conforme apresentadas no Plano Regional são:

- Qualificar o Complexo Habitacional Heliópolis e integrá-lo ao conjunto de bairros vizinhos por meio de intervenções de urbanização;
- Contribuir para o convívio social oferecendo espaços seguros de recreação e lazer;
- Implantar infraestrutura de saneamento ambiental, coleta de resíduos sólidos e recicláveis e prevenção dos pontos de alagamento;
- Preservar as áreas verdes existentes e ampliá-las melhorando o uso público;

- Diferenciar e qualificar o trajeto entre os equipamentos públicos e o acesso ao transporte público, com calçadas adequadas e iluminação pública, melhorando o desempenho das vias existentes no perímetro e aumentando a acessibilidade para o pedestre;
- Potencializar as oportunidades de desenvolvimento econômico proporcionadas pelas intervenções previstas na região em consonância com a área predominantemente industrial inserida no perímetro expandido da OUC Bairros do Tamanduateí;
- Promover meios para conectar a região à estação Tamanduateí e futuras estações do Monotrilho, alinhado aos projetos do Consórcio ABC;
- Garantir extensão da Rua Maciel Parente, bem como criação do Viaduto da rua Guamiranga, conforme projeto da OUC Bairros do Tamanduateí, proporcionando maior acesso para São Caetano do Sul;
- Realizar estudo para adequação de fluxo e sentido das vias principais de Heliópolis;
- Efetivar a criação de um conselho gestor para Heliópolis, que auxiliará na definição das prioridades entre as necessidades da região;
- Promover regularização fundiária em conformidade com o processo definido pela SEHAB/COHAB;
- Realizar estudo de revitalização da área que compreende a Praça Monte Azul Paulista e baixos dos viadutos na rua Ettore Lantieri a na continuação da rua Malvina Ferrara Samarore, através de limpeza, sistema eficiente de iluminação, aumento da segurança pública, inserção de equipamentos para atendimento a crianças e idosos.

E as ações previstas **no Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

- Wifi gratuito – WI-FI SP
- reforma AMA/UBS Sacomã
- reforma UBS Almirante Dellamare
- reforma UBS Vila Arapuá
- implantação de novas ciclovias e ciclofaixas - Juntas Provisórias, Almirante Dellamare, Carioca- Av. Visconde Camumu
- requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclofaixa Abauna/Salvador
- Produção Habitacional (meta 19) – Heliópolis Gleba G Cond. B (entrega 1)

- Produção Habitacional (meta 19) Heliópolis Sabesp 1 Gaivotas Lote 6 Cond. 3B e 4
- Produção Habitacional (meta 19) Heliópolis Sabesp 2 – Cond. 4
- Produção Habitacional (meta 19) Heliópolis Sabesp 2 – Cond. 3A
- Regularização (meta 18) Heliópolis Gaivotas e Heliópolis A – Parcelamento

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Mobilidade: ligar Liveiro x Arapuá; ligar V. Carioca x Av. Estado

Demanda pertinente a ser considerada no Plano de Ação, no entanto a resposta da SMT foi a seguinte: *“Demanda não concerne à Secretaria. Para manifestação prévia da SIURB (competência)”*. Não houve, até a presente data, uma resposta da SIURB relativa a esta proposta.

- Habitações - 76 favelas, a maior - do Heliópolis (120 mil pessoas)

Demanda pertinente a ser incluída ao Plano de Ação, no entanto, a resposta da SEHAB foi a seguinte: *“Demanda não inteligível ou genérica”*. De qualquer forma diversas ações de provisão habitacional encontram-se previstas no Programa de Metas 2019-2020.

O perímetro possui como diretriz a melhoria das condições de mobilidade urbana, a qualificação urbanística, suprir a carência por equipamentos e serviços públicos, a carência por áreas de lazer e o saneamento ambiental, a integração dos equipamentos e empreendimentos habitacionais existentes no entorno e ao sistema de transportes, a qualificação e diferenciação de rotas e a promoção do controle social, preservação e recuperação de áreas verdes e a promoção de projetos de estímulo ao desenvolvimento econômico da região como seria a OUCBT.

As ações previstas para este perímetro no Programa de Metas 2019-2020 contribuem parcialmente para estes objetivos pois estão previstas a provisão de unidades habitacionais e a regularização fundiária de algumas áreas ocupadas, como também existe a previsão de implantação do programa de inclusão digital por meio da disponibilização do serviço público de acesso à internet por Wifi, a reforma de unidades de saúde e a implantação de ciclovia na fronteira norte do território. Ao mesmo tempo pode-se perceber que ainda o enfrentamento dos problemas urbanos existentes neste território demanda uma série de ações que não estão contempladas e que poderão vir a ser efetivadas por meio da implementação da OUCBT. As propostas apresentadas no

processo participativo reforçam a centralidade da questão habitacional e da mobilidade urbana entre os problemas urbanos a serem enfrentados neste território.

2 - O conjunto de perímetros ID 31 | AQUÁRIO, ID 32 | PEFI: JD. BOTÂNICO - ZOO SAFÁRI e ID 33 | PQ. INDEPENDÊNCIA e MUSEU DE ZOOLOGIA

2.1- PERÍMETRO ID 31 | AQUÁRIO

Os **objetivos** definidos pelo Plano Regional da Subprefeitura são:

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao transporte público e os vinculados aos polos atrativos;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB.

As **diretrizes**, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Implantar circuito de turismo zoobotânico, através da integração do Aquário pela ligação de passeios e da rede de transporte público com os demais equipamentos existentes do circuito (Parque Independência, Museu da Zoologia, PEFI - Jardim Botânico, Zoológico e Zoo Safári);
- Alargar a Rua Huet Bacelar (próxima ao Aquário de São Paulo) quando possível, principalmente no trecho mais crítico da rua Huet Bacelar entre a rua Caçador de Esmeraldas e a rua Frei Durão;
- Melhorar a iluminação, arborização e as condições da circulação de pedestres no percurso entre a estação de metrô Santos-Imigrantes e o Aquário de São Paulo;
- Implantar sinalização turística na estação de metrô Santos-Imigrantes;
- Pensar em uma melhor solução para estacionamento do Aquário;
- Ampliar e melhorar os espaços de uso público e promover vegetação e arborização dos caminhos, além de promover revitalização da Praça Pinheiro da Cunha.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

- Requalificação de calçadas

- inspeção especial de pontes e viadutos - Vd. Saioá

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Projeto de moradia de aspecto social

É uma demanda pertinente para o Plano de Ação da Subprefeitura. A resposta da SEHAB para essa demanda foi a seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Há previsão de entrega de aproximadamente 600uh na Subprefeitura Ipiranga em 2020.”*

- Construção de Hospital Dia/Noite

É uma demanda pertinente para o Plano de Ação da Subprefeitura. A resposta da SMS para essa demanda foi a seguinte: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território. Além disso, consta no planejamento de 2020 a reforma da unidade de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) Sacomã, cujo funcionamento é 24h.”*

- Projeto urbanístico: ciclovias, faixa de sinalização

É uma demanda pertinente para o Plano de Ação da Subprefeitura embora não apresente uma territorialidade definida, o que motivou a seguinte resposta da SMT para essa demanda: *“Demanda não inteligível ou genérica.”*

- Implantação de Wifi gratuito

É uma demanda pertinente para o Plano de Ação da Subprefeitura. A resposta da SMIT para essa demanda foi a seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Informamos que o Programa WiFi Livre SP tem como objetivo levar internet gratuita e de qualidade para as principais praças fomentando a inclusão digital e a apropriação do espaço público. Inicialmente contávamos com 120 pontos e estamos trabalhando na fase de expansão para levar internet gratuita para 624 localidades e disponibilizar Wifi em centros culturais, bibliotecas, centros desportivos e pontos turísticos, entre outros pontos de acesso. Na região da subprefeitura Ipiranga as localidades que já foram contempladas ou serão até dez/20 são:*

Concluída - Largo Santa Ângela

Concluída - Parque da Independência

Concluída - CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli

Concluída - Praça Dirceu de Castro Fontoura

Concluída - Biblioteca Castro Alves

Concluída - CEU Parque Bristol

Concluída - CEU Meninos

Concluída - Biblioteca Roberto Santos

Concluída - Subprefeitura do Ipiranga

Concluída - Biblioteca Amadeu Amaral

Até dez/2020 - AMA SACOMÃ

Até dez/2020 - AMA/UBS Integrada Parque Bristol

Até dez/2020 - AMA/UBS Integrada São Vicente De Paula

Até dez/2020 - AMA/UBS Integrada Vila Moraes- João Paulo Botelho Vieira

Até dez/2020 - CE Ipiranga (Balneário Carlos Joel Nelli)

Até dez/2020 - CE Jd. Celeste (Balneário Mário Moraes)

Até dez/2020 - CE Vila Carioca (Balneário Princesa Isabel)

Até dez/2020 - CE Vila Independência (CEE Flavio Calabresi Conte)

Até dez/2020 - Praça Flávio Xavier de Toledo

Até dez/2020 - Praça José Augusto Velloso

Até dez/2020 - Praça na Rua Embu de Heliópolis

Até dez/2020 - Telecentro ACESSA UNAS Lagoa

Até dez/2020 - Telecentro Núcleo Heliópolis

Até dez/2020 - Telecentro Sacomã

Até dez/2020 - Telecentro UNAS

Até dez/2020 - Telecentro Vila Carioca”.

- Abertura de escolas para lazer aos finais de semana

Trata-se de uma demanda de gestão de serviço e equipamento público que não é pertinente ao Plano de Ação da Subprefeitura e poderia ser adotada independente de

sua previsão no Plano, entretanto a resposta da SME para essa demanda foi a seguinte:

“Demanda não concerne à Secretaria. Essa Divisão Pedagógica não tem autonomia para decidir quanto à abertura das Unidades Educacionais aos finais de semana e, até a presente data, não temos informação se alguma Unidade realiza tal ação.”

- Inclusão de pessoas com deficiência física

Trata-se de uma demanda de gestão de serviços e de equipamentos públicos que não é pertinente ao Plano de Ação da Subprefeitura. A resposta da SMPED para essa

demandas apresenta que a política de inclusão é implementada de forma transversal e não depende de sua previsão no Plano de Ação, conforme descrito a seguir: *“Demanda não inteligível ou genérica. Não é possível transformar a demanda em ação. Ressaltamos que a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED atua de forma transversal, ou seja, uma secretaria meio que tem a missão promover o protagonismo da pessoa com deficiência e sua efetiva participação na sociedade.”*

- Saneamento básico

É uma demanda que seria pertinente ao Plano de Ação da Subprefeitura embora não apresente territorialidade, o que dificulta sua transformação em ação específica. A resposta da SEHAB para essa demanda foi a seguinte: “Demanda não concerne à Secretaria.”

2.2 - PERÍMETRO ID 32 | PEFI: JD. BOTÂNICO - ZOO SAFÁRI

Os **objetivos** desse Perímetro de Ação, tal como apresentados no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao transporte público e os vinculados aos polos atrativos;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de acessibilidade e conectividade e as questões de tratamento das bordas;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d’água e das áreas verdes;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar a segurança pública local.

As **diretrizes** desse Perímetro de Ação, conforme definidas pelo Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Melhorar as vias de acesso aos equipamentos: Av. do Cursino, Av. Miguel Estéfano, Av. Nossa Senhora das Mercês e Av. Padre Arlindo Vieira e os espaços de uso público nos caminhos até o Parque do Estado;
- Melhorar a iluminação e arborização e recuperar calçadas no percurso entre os equipamentos e implantar sinalização turística na estação de metrô Jabaquara;
- Promover um estudo de alteração do sentido das vias para otimização do fluxo de veículos na região, nos dias de maior público aos parques;
- Garantir acessibilidade universal ao parque, avaliando estudo de ciclovias e conectando todo o entorno do PEFI por caminhos mais sustentáveis e promovendo espaços melhores para a região;
- Regulamentar estacionamento para os veículos de turismo nas proximidades dos equipamentos;

- Implantar circuito de turismo zoobotânico, através da integração do Parque Estadual Fontes do Ipiranga (Jardim Botânico, Zoológico e Zôo Safári) pela ligação passeios e da rede de transporte público, facilitando ligação com o Terminal Intermodal Jabaquara e com os demais equipamentos existentes do circuito de turismo zoobotânico.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

- Requalificação de calçadas
- implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Av. do Cursino e Av. do Cursino II, Av. Miguel Estéfano, N. Sra. da Saúde, Av. Pres. Tancredo Neves, Complexo Viário Maria Maluf, SP Expo – Miguel Estéfano, Juntas Provisórias

Somente uma proposta foi apresentada pela sociedade para o Perímetro de Ação:

- Implantar dentistas nas UBS que façam implantes dentários

Demanda específica de gestão de serviço público que não é pertinente ao Plano de Ação. A resposta da SMS reforça essa posição ao afirmar o seguinte: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. O plano de ação das Subprefeituras foi construído com o foco no aprimoramento da infraestrutura e oferta de equipamentos de saúde nos distintos territórios, respeitadas suas especificidades e necessidades conforme perfil epidemiológico. Dessa forma, foram previstas neste instrumentos apenas as ações de investimento. As demandas relacionadas ao aprimoramento do funcionamento das unidades serão consideradas em outros instrumentos de planejamento para 2021”.*

2.3 - PERÍMETRO ID 33 | PQ. INDEPENDÊNCIA e MUSEU DE ZOOLOGIA

Os **objetivos** definidos pelo Plano Regional da Subprefeitura para este Perímetro de Ação são:

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao transporte público e os vinculados aos polos atrativos;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de acessibilidade e conectividade;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental das áreas verdes;

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB.

As **diretrizes** desse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Reduzir o efeito da Rua dos Patriotas como barreira entre o Monumento e o Museu Histórico;
- Melhorar a circulação e iluminação no percurso entre os equipamentos e implantar sinalização turística na estação de metrô Alto do Ipiranga, promovendo conexão direta com a mesma;
- Conservar as áreas verdes e ampliar e melhorar os espaços de uso público;
- Reorganizar o terminal informal de ônibus no entorno da estação de metrô Alto do Ipiranga;
- Regulamentar o estacionamento para os veículos de turismo nas proximidades dos equipamentos;
- Implantar circuito de turismo zoobotânico, através da integração do Parque Independência e o Museu de Zoologia pela ligação de passeios e da rede de transporte público com os demais equipamentos existentes do circuito (Aquário, PEFI - Jardim Botânico, Zoológico e Zoo Safári);
- Promover a expansão do Parque Independência, bem como alterações entre as Av. Dom Pedro I e Av. Tereza Cristina, com a abertura de vias locais e a criação do Parque Foz do Ipiranga, em conformidade com as propostas da OUC Bairros do Tamanduateí.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

- Revitalização do Pq. da Independência (ampliação)
- Requalificação de calçadas e gradil
- Reforma da UBS São Vicente de Paula
- Wifi gratuito – WI-FI SP
- implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – D. Pedro I e Ricardo Jafet - I
- requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclofaixa patriotas

Durante a audiência pública foi apresentada apenas uma proposta para esse Perímetro de Ação:

- Implantar ciclovias na Ricardo Jafet

É uma demanda pertinente para o Plano de Ação da Subprefeitura. A resposta da SMT para essa demanda foi a seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. No Programa de Metas, há previsão de novas conexões cicloviárias na Av. Ricardo Jafet.”*

O conjunto de perímetros ID 31 | Aquário, ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári e ID 33 | Pq. Independência e Museu De Zoologia constituem uma centralidade cultural e científica de relevância macrometropolitana e concentram equipamentos culturais e de lazer de relevância e atividades não residenciais e, conjuntamente, constituem um circuito turístico e zoobotânico.

O perímetro ID 31 | Aquário tem como diretrizes a promoção de medidas que fortaleçam o potencial turístico dos equipamentos existentes no perímetro e em seu entorno o que é parcialmente atendido na medida em que está prevista a requalificação de passeios, porém os trajetos inicialmente demarcados para intervenção não qualificam a conexão dos equipamentos com a estação do metrô existente no perímetro.

As ações previstas para este perímetro compreendem medidas que contribuem para os seus objetivos que tem como principal diretriz a melhoria do acesso à estação do metrô. Está prevista a melhoria dos passeios que estabelecem rotas de conexão da estação com o entorno. Já a ciclofaixa prevista não contempla a conexão com a estação, o que poderia ser revisto, mas promove a integração da região com a rede cicloviária em implantação no município. Dentre as propostas apresentadas durante o processo participativo para este perímetro, cabe destaque para a que sugere a produção de unidades habitacionais atribuídas a este perímetro. A resposta apresentada pela SEHAB considera as unidades habitacionais em produção para o território da SPIP e não significa que o atendimento a possível demanda existente esteja contemplado nestas unidades, como também esta proposta não encontra respaldo nas diretrizes e objetivos definidos pelo Plano Regional para este perímetro.

Completam este conjunto de perímetros com objetivos similares o perímetro ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári e o perímetro ID 33 | Pq. Independência e Museu de Zoologia que possuem diretrizes no sentido de valorizar o patrimônio turístico, cultural e ambiental da rede de equipamentos que procuram integrar.

O perímetro ID 32 | PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári tem como principal diretriz a promoção do acesso aos equipamentos localizados ao sul do território da SPIP e a ação

prevista, se desenvolvida de forma a garantir uma qualificação completa dos passeios com a melhoria da iluminação pública e a adoção de medidas para torná-los acessíveis, contribuirá efetivamente com os objetivos do perímetro. O conjunto de ações que promovem a estruturação da rede cicloviária municipal também potencializam a utilização e melhoram o acesso aos equipamentos existentes no perímetro. Porém são elencadas outras medidas necessárias para fomentar a consolidação deste roteiro turístico proposto neste conjunto de perímetros.

Para o perímetro ID 33 | Pq. Independência e Museu de Zoologia as diretrizes também procuram promover a integração entre os equipamentos e a rede de transporte público e consolidar um circuito turístico na SPIP. As ações previstas no Plano de Metas 2019 – 2020 contribuem para esta diretriz ao viabilizarem intervenções nos passeios do entorno do Pq. da Independência e no trajeto entre o Parque e as estações do metrô próximas, a implantação de ciclovias, medida esta reforçada pelo processo participativo, e as obras de revitalização e ampliação do Museu do Ipiranga. Ainda assim, como já discutido, outras medidas devem ser adotadas para viabilizar o circuito turístico proposto no Plano Regional que envolve este conjunto de perímetros analisados.

PROPOSTAS COM ABRANGÊNCIA PARA TODO O TERRITÓRIO DA SUBPREFEITURA

Para debater as propostas apresentadas que são direcionadas para todo o território da Subprefeitura, cabe referenciar as diretrizes gerais para a Subprefeitura do Ipiranga segundo o Plano Regional da Subprefeitura.

Destaca-se entre os desafios propostos pelo Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga o de melhorar a mobilidade tanto regional quanto local, inclusive para as cargas. Outro desafio é a compatibilização das ações previstas pela Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT) com a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental e com a infraestrutura da região.

A OUCBT deve estimular a ocupação de imóveis ociosos e subutilizados, viabilizar ações para eliminar situações de risco geológico, realizar obras de drenagem urbana e ampliar a infraestrutura necessária para a manutenção da atividade econômica e ampliar a oferta de áreas verdes e a arborização, além dos necessários investimentos em habitação e regularização fundiária e na universalização do saneamento ambiental, dos serviços públicos e do acesso aos equipamentos públicos.

Dentre as diretrizes da SPIP encontram-se o fortalecimento das centralidades locais e regionais, especialmente ao longo das vias que contam com transporte público, fortalecendo o comércio e os serviços de âmbito local, aliado ao incentivo à permanência da infraestrutura necessária para a manutenção da atividade econômica, sobretudo a industrial e à diversificação e ampliação da atividade produtiva.

Os investimentos em mobilidade urbana concentram uma série de diretrizes que vão desde o estímulo ao uso do transporte público coletivo por meio de investimentos na melhora de seu desempenho, passando por investimentos na implantação de corredores de ônibus, na facilitação do trânsito de passagem pela região, inclusive de cargas, com a ampliação do sistema viário estrutural, até a qualificação dos espaços públicos, da sinalização de trânsito e garantia da acessibilidade universal e da segurança dos pedestres e ciclistas com a implantação da malha cicloviária, melhoria das calçadas, da iluminação pública e a implantação e manutenção do mobiliário urbano.

Outras diretrizes fundamentais são as que indicam a necessidade de realização de obras de drenagem urbana, eliminação de áreas de risco e investimentos em habitação e regularização fundiária, além da notificação de terrenos que não cumprem sua função social da propriedade.

O aumento da oferta de áreas verdes da densidade arbórea nas áreas protegidas e nas vias, a qualificação de praças e parques, a melhoria da infraestrutura ligada ao turismo e ao lazer, sobretudo no entorno dos equipamentos de atratividade metropolitana e nacional existentes na região e nas rotas de acesso por meio de investimentos em melhoria da acessibilidade com sua integração a rede de transporte público e a infraestrutura de transportes não motorizados são diretrizes que conciliam melhoria das condições ambientais com o aproveitamento do patrimônio histórico, cultural e ambiental presente no território.

Destaca-se também a diretriz que indica a demanda por programas específicos à população em situação de rua e a melhoria da infraestrutura e dos serviços de assistência para a população idosa.

Entre as diretrizes na área social definiu-se ainda o atendimento da demanda por educação infantil, a ampliação dos serviços socioassistenciais para crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade, além da importante oferta de formação profissionalizante que contribua para a ampliação do nível de escolaridade média dos trabalhadores da região.

O Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga destaca também que alguns desafios transcendem seu alcance tendo em vista a necessidade de medidas que contribuam para a elevação da renda, a maior oferta de emprego e/ou trabalho e a necessidade de ações no setor de segurança pública.

Por fim, a necessidade de mitigação dos possíveis efeitos do adensamento tanto populacional quanto construtivo previstos com a implementação da OUC Bairros do Tamanduateí, em especial sobre o eixo histórico e as áreas naturais protegidas, também mereceu destaque.

As propostas apresentadas pela sociedade de caráter geral com abrangência para todo o território da Subprefeitura e que são aderentes ao Plano de Ação 2020/2021 são as seguintes:

- Implantar 3 novas UBS na região da subprefeitura

A proposta por ampliação de serviços de saúde contribui com as diretrizes e objetivos do perímetro e é pertinente ao Plano de Ação. A resposta da SMS foi a seguinte: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território”.*

- Implantar usina de reciclagem.

A demanda se relaciona com os objetivos e diretrizes do perímetro na medida em que procura promover a ampliação da capacidade de suporte por meio da oferta de Infraestrutura de apoio à coleta e tratamento de resíduos recicláveis, embora não tenha sido respondida pela secretaria, é pertinente ao Plano de Ação: *“Demanda não respondida pela Secretaria. Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.”*

- Requalificação do sistema viário

A proposta, embora genérica, atende a uma série de diretrizes para a SPIP acerca da necessidade de qualificação do sistema viário e da infraestrutura de mobilidade urbana e é pertinente ao Plano de Ação, porém a resposta da SMT foi a seguinte: *“Demanda não inteligível ou genérica.”*

- Rede estrutural hídrica ambiental - áreas de risco

A proposta, embora genérica e sem uma territorialização definida, é pertinente ao Plano de Ação por reforçar a temática da ocorrência de situação de risco relacionado aos recursos hídricos. A resposta da Secretaria de Segurança Urbana – Defesa Civil, apontada em resposta da SEHAB como responsável pela demanda foi a seguinte: *“Demanda não concerne à Secretaria. Embora, já são desenvolvidas ações integradas e planejadas envolvendo vários órgãos da administração com vista a reorganização do espaço nas avenidas Almirante Delamare e Comandante Taylor.”*

- Parques e áreas verdes (caminhos verdes, parques lineares)

A demanda dialoga com diretrizes e objetivos da SPIP que considera fundamental a ampliação das áreas verdes, parques, praças e arborização viária. A proposta é pertinente ao Plano de Ação. A resposta da SMT foi a seguinte: *“Demanda não inteligível ou genérica. Para a Subprefeitura do Ipiranga estão previstas a ampliação do Parque Independência (em implantação) e a implantação do Pq. Jaboticabal (em planejamento).”*

- Polos de centralidades

O fortalecimento das centralidades locais e regionais, como estratégia de fortalecimento e manutenção da atividade econômica, é um conjunto de diretrizes que podem ser

alinhadas a essa demanda que é pertinente ao Plano de Ação. A resposta da SMDet foi a seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. A PMSP e SMDet estão elaborando o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, que irá identificar e as vocações econômicas e apoiar o desenvolvimento econômico do Município fundamentado nas realidades regionais, pelos próximos 10 anos. Nesse sentido, ações como a sugerida poderão ser incorporadas, caso os estudos as identifiquem como estratégicas para a região.”* Outra secretaria consultada, a SMDU tratou a proposta como uma demanda genérica: *“Demanda não inteligível ou genérica. A demanda é genérica, pois não apresenta uma pergunta ou indicação de perímetro de ação.”*

- Equipamentos sociais

A proposta, embora genérica e sem uma territorialização definida, é pertinente ao Plano de Ação por reforçar a diretriz pela ampliação dos serviços públicos na SPIP. A resposta da SMADS foi a seguinte: *“Demanda não inteligível ou genérica. Existe uma série de serviços socioassistenciais executados pela SMADS e a demanda não permite identificar a qual se refere.”*

- Acessibilidade - Calçadas em degraus

A mesma generalidade é observada nesta demanda que ainda assim encontra relação com diretrizes e objetivos da SPIP ao abordar a qualificação dos passeios e a segurança dos pedestres, temática fundamental em um território com destacado potencial turístico. A resposta da SMSUB foi a seguinte: *“Demanda não inteligível ou genérica. O Decreto Municipal nº 58.611, de 24 de janeiro de 2019 consolida os critérios para padronização das calçadas.”*

Essas propostas de caráter amplo são pertinentes e reforçam a necessidade de ampliar a discussão pública, de modo que a sociedade civil participe e se aproprie cada vez mais das decisões públicas.

Com base na avaliação dessas demandas e nas diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura do Ipiranga são apresentadas na seção seguinte, as **Considerações e Recomendações Técnicas para ações prioritárias**, objetivando a implementação dos Perímetros de Ação selecionados como prioritários.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam as ações prioritárias para a implementação dos perímetros de ação que compõe o Plano de Ação da Subprefeitura do Ipiranga, conforme o **Quadro 9**.

A consulta à sociedade civil, aos setoriais municipais, e o estudo técnico desenvolvido pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU indicam as recomendações para o Plano de Ação da Subprefeitura. As recomendações são propostas com aderência ao Plano de Ação, à Subprefeitura como um todo e aos Perímetros de Ação Prioritários.

Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura do Ipiranga.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
ID 37 Heliópolis Ampliado	<p>Solução habitacional para a população de assentamentos precários e regularização fundiária para os loteamentos irregulares, especialmente ao território definido pelo Perímetro de Ação Integrada da SEHAB (PAI).</p> <p>Ampliar rede de esgoto e realizar o tratamento de esgoto (alinhar com “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento do contrato de 2010 entre governos estadual e municipal)</p> <p>Ampliar a oferta de equipamentos e serviços públicos.</p> <p>Integrar os equipamentos e empreendimentos habitacionais existentes ao sistema de transportes, qualificar e diferenciar as rotas de mobilidade urbana, preservar e recuperar as áreas verdes e promover projetos de estímulo ao desenvolvimento econômico da região.</p>	<p>As propostas apresentadas reforçam diretrizes previstas no Plano Regional para este Perímetro de ação, com destaque para as medidas para melhoria da mobilidade urbana e para a promoção da melhoria das condições habitacionais por meio da urbanização de favelas presentes no perímetro.</p>
ID 31 Aquário	<p>Qualificar passeios e promover a integração entre os equipamentos e pontos turísticos existentes com o sistema de transportes presente no território por meio da adoção de medidas como a criação de rotas, a instalação de mobiliário urbano adequado, a melhoria da acessibilidade e da iluminação pública.</p> <p>Implantar infraestrutura de mobilidade leve de forma a ampliar a oferta de modais de conexão entre os equipamentos (algumas ciclovias e ciclofaixas já estão previstas no Programa de Metas 2019/2020).</p>	<p>Embora genéricas, algumas propostas destacam diretrizes que estão presentes no Plano Regional da Subprefeitura, porém não orientadas especificamente para este perímetro. É o caso da demanda por provisão habitacional e saneamento básico, que já se encontra parcialmente atendida no Programa de Metas para 2019-2020, e a proposta de implantação de Hospital, que foi encaminhada para estudo no planejamento 2021 pela SMS.</p> <p>Outra demanda não territorializada e que foi tratada como genérica pela SMT mas que dialoga com as diretrizes para o perímetro é a que sugere a implantação de projeto urbanístico que inclua ciclovias e sinalização viária, proposta que reforça a diretriz por</p>

		<p>qualificação do espaço público como forma de promoção do potencial turístico do perímetro, e já se encontra parcialmente prevista no Programa de Metas 2019-2020.</p> <p>Também já prevista no Programa de Metas, a implantação de serviço de Wifi gratuito contribui para a mesma diretriz.</p>
ID 32 PEFI: Jd. Botânico - Zoo Safári	<p>Ampliar a conexão deste perímetro com o sistema de transportes metropolitano e a melhorar a mobilidade interna por meio da conexão com a rede de equipamentos sociais.</p> <p>Implantar circuito de turismo que promova a integração do Parque Estadual Fontes do Ipiranga (Jardim Botânico, Zoológico e Zoo Safári) por meio de passeios, rotas e infraestrutura ciclovária com a rede de transporte público (Terminal Intermodal Jabaquara) e com os demais equipamentos existentes no perímetro da SPIP e seu entorno.</p>	<p>A demanda apresentada sugere a necessidade de ampliação da rede de serviços e equipamentos públicos, embora tenha sido apresentada de forma a indicar a proposta de um serviço específico (atendimento odontológico).</p>
ID 33 Pq. Independência e Museu De Zoologia	<p>Implantar circuito de turismo que promova a integração dos atrativos e equipamentos existentes por meio de passeios, rotas e infraestrutura ciclovária com a rede de transporte público e com os demais equipamentos existentes no território da SPIP.</p> <p>Promover as medidas necessárias para valorização do patrimônio material e imaterial por meio da conservação paisagem, recuperação das áreas verdes, expansão do Parque Independência e a criação do Parque Foz do Ipiranga.</p>	<p>A demanda apresentada (ciclovía Ricardo Jafet), embora já prevista no Programa de Metas 2019-2020, reforça a diretriz para consolidação de uma infraestrutura ciclovária que promova a integração dos atrativos turísticos e equipamentos sociais com o sistema de transportes.</p>
Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil para a Subprefeitura como um todo		
Subprefeitura como um todo	<p>A ampliação da capacidade de suporte por meio da oferta de Infraestrutura de apoio à coleta e tratamento de resíduos recicláveis, ampliação da rede de equipamentos e serviços públicos e o fortalecimento das centralidades locais e regionais, como estratégia de fortalecimento e manutenção da atividade econômica.</p>	

Elaboração: Consultores UNESCO.

O Plano de Ação da Subprefeitura do Ipiranga é a aplicação em ciclos de planejamento periódicos do Plano Regional da Subprefeitura. Elemento definido no sistema municipal do planejamento urbano paulistano, o Plano de Ação da Subprefeitura visa nortear a aplicação do investimento público municipal para a implementação de ações e atividades prioritárias, de modo articulado no espaço urbano, com a participação, conhecimento e controle dos conselhos participativos e da sociedade civil organizada.

A elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura é prevista pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e foi regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016. Sua elaboração foi acionada a partir do processo de revisão dos compromissos definidos pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018-2020, Compromisso Nº 2 – Descentralização e Desenvolvimento Local.

Desse modo, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 se inicia em 2019, e adota como referência o Programa de Metas 2019-2020 e sua territorialização, de modo a estabelecer relações entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário na cidade de São Paulo, este notadamente articulado ao Programa de Metas 2019-2020. Associado a isso, sua elaboração é apoiada na consulta pública à sociedade civil, a qual recolhe, debate e valida as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda que o Plano de Ação da Subprefeitura tenha sido iniciado em 2019, com pouca articulação com o planejamento orçamentário, o plano deverá ser revisto a cada quatro anos, de acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537/2016, em articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano municipal, o processo orçamentário e o Programa de Metas municipal. Desse modo, a cada ciclo quadrienal de planejamento urbano e orçamentário municipal, é possível convergir para um maior alinhamento entre políticas, programas e projetos municipais, com atenção às ações prioritárias apresentadas pelo Plano de Ação da Subprefeitura e aos respectivos Perímetros de Ação Prioritários.

A otimização dos recursos públicos disponíveis ao Plano de Ação da Subprefeitura pode estar associada à uma maior articulação entre diferentes fundos municipais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Esses fundos municipais contam com fontes de receita regulares e relativamente estáveis, e possuem afinidade finalística com o Plano de Ação das Subprefeituras. Uma maior articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário poderia considerar esses fundos

municipais, hoje centrais à provisão das infraestruturas urbana, habitacional e ambiental para o município de São Paulo.

Fica exposta a demanda por uma redistribuição de recursos orçamentários para a viabilidade das ações estruturantes e que promovam a efetividade dos perímetros prioritários frente a tamanha complexidade e diversidade de ações para a reversão do quadro de vulnerabilidade social e ambiental, para a qualificação e otimização da infraestrutura instalada e para a valorização do potencial turístico, além da necessária melhoria da qualidade ambiental.

Em relação ao saneamento básico, cabe destacar a necessidade de alinhar as prioridades do Plano de Ação da Subprefeitura com o “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento do contrato de 2010 entre governos estadual e municipal.

A maior parte das ações previstas pelo Programa de Metas 2019-2020 para a Subprefeitura do Ipiranga estão relacionadas a qualificação do espaço público, a estruturação de uma rede cicloviária e à melhoria de passeios e das condições de acesso aos equipamentos existentes e sua integração com os sistemas de transportes públicos.

Três conjuntos de perímetros que se assemelham conforme as diretrizes definidas pelo Plano Regional da SPIP: (i) o conjunto de perímetros que procuram promover o potencial ambiental, turístico e cultural da região, (ii) o conjunto de perímetros que possuem diretrizes no sentido de reverter processos de exclusão social e (iii) o conjunto de perímetros que procuram promover a transformação e a estruturação urbana por meio de diretrizes para a promoção de atividades econômicas e melhorias viárias.

Os perímetros priorizados estão inseridos nos dois primeiros casos descritos, sendo a primeira prioridade a reversão do quadro de exclusão e a segunda a promoção do potencial turístico e cultural da região.

Devido a sobreposição de parte relevante deste território com a área de incidência e de influência de uma OUC prevista, ações fundamentais para a efetividade das suas diretrizes apresentam dependência com relação ao possível avanço na implementação deste grande projeto urbano.

As etapas do processo participativo para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 com recomendações para 2021 demonstraram a importância em ampliar a discussão pública de modo que a sociedade participe e influencie a tomada

das decisões públicas, alocação das finanças públicas e as prioridades de financiamento do desenvolvimento urbano paulistano.

O alinhamento entre a participação da sociedade civil; o fortalecimento das institucionalidades da administração pública, a exemplo do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das Subprefeituras, a implantação de um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados e informações territorializadas; e uma maior articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, potencializa a importância da implementação do Plano de Ação das Subprefeituras na cidade de São Paulo.

